



PLENÁRIO



BALANÇO DE CORES

ARTESÃOS TRABALHAM PARA TRANSFORMAR AS REDES EM UM DOS SÍMBOLOS DO CEARÁ

Se é por mais saúde nesse momento, a Assembleia aprova.

Mais que criar e aprovar leis, a Assembleia Legislativa do Ceará tem o dever de tomar iniciativas para melhorar a vida do cidadão. E nesse difícil período de pandemia não é diferente. A Assembleia está mostrando o quanto pode ajudar a nossa gente através de diversas decisões e iniciativas que já ajudaram a salvar milhares de vidas.



Aprovação de mensagem para gerar **20 mil empregos** nos setores de comércio e serviços, realizando o **pagamento de meio salário mínimo durante 6 meses** aos novos trabalhadores.



Arrecadação e distribuição de **35 toneladas de cestas básicas e kits de higiene**;



Inauguração do **Núcleo de Saúde Mental**;



Participação no **Comitê Estadual de Enfrentamento à Pandemia do Coronavírus**;



Reestruturação da Procuradoria Especial da Mulher, com núcleo direcionado à violência contra a mulher;



Autorização para compra de **vacinas Sputnik V**;



Aprovação de mensagem que institui o **Auxílio Cesta básica de R\$ 200,00** para cerca de 150 mil trabalhadores;



Renovação de autorização para **pagamento das contas de energia e isenção do pagamento das tarifas de água e de contingência da população de baixa renda**;



Renovação da autorização para o Poder Executivo **adquirir e distribuir gás em botijão às famílias** em situação de maior vulnerabilidade social;



Autorização para viabilizar a **ampliação**, em horários de maior circulação de pessoas, da **frota de ônibus** do serviço de transporte coletivo urbano da Capital;



Autorização para **pagar débitos referentes a contas de energia e isentar o pagamento das taxas de água e de contingência para o setor de alimentação fora do lar**;



Autorização do pagamento de **auxílio à renda** destinado a **profissionais do setor de eventos**;



Autorização de apoio com seleção pública para **incentivo à realização de eventos corporativos em meio virtual**;



Renovação na **suspensão do pagamento pelos concessionários e permissionários do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros**;



Reajuste do piso salarial dos agentes comunitários de saúde;



Modificações para facilitar e simplificar o **Programa Microcrédito Produtivo do Ceará**;



Autorização da **prorrogação excepcional da contratação de agentes do Programa Agente Rural**.

Com essas e muitas outras iniciativas, a Assembleia Legislativa do Ceará segue junto a você na luta contra a COVID-19.





EXPEDIENTE

REVISTA PLENÁRIO
Órgão Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 61ª edição, Set/Out/Nov 2021

MESA DIRETORA

PRESIDENTE

Evandro Leitão (PDT)

1º VICE-PRESIDENTE

Fernando Santana (PT)

2º VICE-PRESIDENTE

Daniel Oliveira (MDB)

1º SECRETÁRIO

Antônio Granja (PDT)

2º SECRETÁRIO

Audic Mota (PSB)

3 SECRETÁRIA

Érika Amorim (PSD)

4º SECRETÁRIO

Apóstolo Luiz Henrique

(Progressistas)

COORDENADOR DE

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Daniel Sampaio

EDITORIA GERAL

Abílio Gurgel

EDITORIA REVISTA

Adriana Thomasi

REPORTAGEM

Adriana Thomasi, Abílio Gurgel, Ana

Lúcia Machado, Didio Lopes, Fátima

Abreu, Jackelyne Sampaio

Lúcia Stedile, Marina Ratis, Narla Lopes

e Rita Freire

REVISÃO

Carmem Ciene

EDITORES DE ARTE

Alessandro Muratore e Alice Penaforte

PROJETO GRÁFICO,

DIAGRAMAÇÃO,

TRATAMENTO E EDIÇÃO DE

IMAGENS

Alessandro Muratore e Alice Penaforte

FOTOGRAFIA

Celso Oliveira, Dário Gabriel, José Leomar,

Júnior Pio, Marcos Moura, Máximo Moura,

Paulo Rocha, Bia Medeiros e Freepick.com

MÍDIAS DIGITAIS (QR CODE)

Imagens: Diego da Cunha;

Edição: Odério Dias



JÚNIOR PIO

Sumário

EDITORIAL	5
CERTIFICAÇÃO REDES DE JAGUARUANA	6
SAÚDE PÚBLICA PACTO PELO SANEAMENTO	14
COVID VACINAÇÃO	22
REFORMA AGRÁRIA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL	26
LEI MARIA DA PENHA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	34
OUTUBRO ROSA DOAÇÃO DE CABELOS	40
LEITURA BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS	44
ELEIÇÕES URNAS ELETRÔNICAS	50
AÇÃO LEGISLATIVA NÚCLEO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	56
A NOSSA HISTÓRIA PASSA POR AQUI IDEAL CLUBE	62
POLÍTICAS PÚBLICAS PROJETO CAMINHOS DE RESILIÊNCIA	68
OPINIÃO PARLAMENTAR ARTIGO	74
O MÊS NA HISTÓRIA SETEMBRO	76
PERSONALIDADE CEARENSE NARCÉLIO LIMAVERDE	78

COMO FALAR COM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

Av. Desembargador Moreira, 2807
Bairro: Dionísio Torres
CEP: 60170.900 - Fortaleza - Ceará

TELEFONE

(85) 3277 2921

(85) 3277.2727

EMAIL

revistaplenario@al.ce.gov.br

SITE

www.al.ce.gov.br

@AssembleiaCE

@assembleiace

@Assembleia_CE

tvAssembleiaCE

radioFMassembleia



VERSÃO DIGITAL MOBILE DESKTOP

COMEMORAR SEM RELAXAR

E stamos nos aproximando do fim do ano e, apesar de a pandemia ainda ser uma realidade, os números no Estado nos levam a comemorar. Comemorar, mas não relaxar das medidas preventivas. Pensando assim, a Assembleia, com instituições e entidades parceiras, atuou nos municípios para inscrever pessoas sem acesso à internet para vacinação contra a Covid-19 e vai agir para estimular a geração de emprego e renda em nosso Estado.

A Casa também intensificou seu trabalho para fortalecer políticas públicas de saúde básica na área de saneamento, visando à melhoria de vida da população. Da mesma forma, o Governo sancionou a Lei Wilson Brandão, que trata da regularização fundiária e deve beneficiar 350 mil agricultores familiares.

Outra boa notícia vem da região dos Inhamuns. O projeto Caminhos de Resiliência, com pescadores artesanais, foi considerado uma das 10 soluções inovadoras do País em 2020. Aproveitamos para mostrar também que nem mesmo a pandemia arrefeceu a garra e o talento dos artesãos de Jaguaruana, que continuam tecendo cores e sonhos na produção de redes artesanais.

Abrimos espaço para temas delicados. Passados 15 anos da promulgação da Lei Maria da Penha, milhares de mulheres continuam tendo como algozes seus maridos e companheiros. Mostramos os avanços e o que deve ser melhorado. A esperança está também presente no mês dedicado à prevenção ao câncer de mama, e mostramos que uma atitude simples é capaz de transformar as mulheres em tratamento da doença: a doação de cabelo.

Em meio ao clima de embates políticos em que vivemos, festejamos os 25 anos da urna eletrônica e mostramos as opiniões de quem é contra e a favor dessa jovem e importante senhora da nossa democracia. Visitamos ainda espaços onde o conhecimento democrático é palavra de ordem: as bibliotecas comunitárias.

Fechamos a edição com uma nova seção em que os deputados podem apresentar suas opiniões sobre as principais questões do País. Por fim, saudamos duas datas marcantes: o retorno de Narcélio Lima Verde e sua voz marcante, no alto de seus 90 anos, à rádio FM Assembleia, e as nove décadas de um símbolo do glamour da cidade, o Ideal Clube.

Boa Leitura!

Daniel Sampaio

Coordenador de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

TECENDO CORES E SONHOS

“Como um poeta que brinca com as palavras
o artesão faz com as mãos sua poesia.”

Maria Alice Q. Pires

Texto: Jackelyne Sampaio | jackeline@al.ce.gov.br **Fotos:** Júnior Pio

Os fios de algodão dançam e se entrelaçam ao som de uma sinfonia barulhenta. Com o auxílio dos teares, as formas geométricas e tecidos vão surgindo. Esse é o cenário de uma tecelagem em Jaguaruana, interior do Ceará. A cidade é conhecida como a Terra da Rede, pela maneira única, qualidade e diversidade do produto. Essas características favoreceram a conquista, em maio último, da certificação de Indicação Geográfica (IG) para as redes de dormir jaguaruanenses. O título foi concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi).

Considerada uma expressão legítima da cultura e empreendedorismo cearense, em Jaguaruana, a produção das redes de dormir é uma arte centenária, uma tradição que passa de família em família e que envolve técnicas artesanais. Ao saírem da tecelagem, os cortes de tecido seguem para o acabamento, que inclui a colocação de varandas e punhos, atividades realizadas por mãos habilidosas. O processo leva de 15 a 25 dias para finalizar cada peça.

Esse produto tão genuíno é herança dos povos indígenas que viviam na América do Sul no século XV. A rede era feita de tucum (tipo de palmeira), e os índios a chamavam de “ini”. Com o passar dos anos, a matéria-prima foi substituída pelo algodão, e o item ganhou franjas ornamentais. Foi então que conquistou de vez o interesse dos brasileiros, além de também ser apreciado em diversos outros países. Pois quem não gosta de deitar em uma rede?

De acordo com o presidente da Associação dos Fabricantes de Redes de Jaguaruana (Asfarja), José Pinheiro Júnior, a cidade tem em torno de 35 mil habitantes e aproximadamente 70% da população possui ofícios relacionados ao setor têxtil, “uma cadeia que envolve indústrias de fios, tecelões, artesãos e comerciantes.”

Júnior explica que o último censo da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), do ano de 2002, contabilizou 250 a 300 fabricantes de redes no município. “A gente não possui dados concretos, acredita-se que hoje existam cerca de 150 empresas fabricantes e pequenos artesãos envolvidos na produção das redes.”

RECONHECIMENTO


Agora, as redes de Jaguaruana contam com o selo de Indicação Geográfica (IG) na espécie Indicação de Procedência (IP), que atesta a qualidade, legitimidade e a origem das peças. A IG é um título de propriedade industrial que reconhece nacionalmente determinado produto por possuir características específicas de um território. Essa é a primeira IP concedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) para um produto cearense.

A iniciativa é fruto de um trabalho detalhado desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará (Nutec) desde 2018, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – Campus Jaguaruana – e a Associação de Fabricantes e Artesãos de Redes de Jaguaruana (Asfarja).

Conforme explica a agente de inovação do Nutec, Silvanira de Oliveira, a concessão e utilização de uma Indicação Geográfica prevê diversos benefícios econômicos, sociais e ambientais para a região. Dentre eles, o acesso a novos mercados, aprimoramento e profissionalização da comercialização dos produtos, fortalecimento da identidade local do município, aumento da satisfação dos produtores por meio de reconhecimento da sociedade e a garantia de origem. “Regiões com indicações geográficas prezam pela sustentabilidade, ética e transparência em seus processos”, ressalta Silvanira.

Além disso, o selo fornecerá ao consumidor a garantia de comprar uma legítima rede jaguaruanense. “Queremos adotar a tecnologia blockchain (espécie de banco de dados) para rastrear desde a origem do produto até o consumidor final. Assim asseguramos mais transparência, credibilidade e eficiência para o processo”, relata a agente de inovação.

O Nutec dará continuidade às ações de implementação da Indicação Geográfica, em parceria com o IFCE. “Nossos esforços estarão concentrados na criação do conselho regulador para a IG, capacitações para os fabricantes, sistema e forma de rastreabilidade do selo, adequação aos padrões de qualidade, exportações e incremento de novos designs para as redes”, complementa Silvanira.



As redes de Jaguaruana conquistaram o selo de Indicação Geográfica na espécie Indicação de Procedência (IP), que atesta a qualidade, a legitimidade e a procedência das peças. Essa é a primeira IP concedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial para um produto cearense



MÃOS QUE ENCANTAM

Na Terra da Rede, para transformar o corte de tecido no utensílio de descanso é necessário o trabalho manual de, pelo menos, quatro artesãos. Cada um fica responsável por uma etapa do acabamento, que é realizado nas próprias residências. Essa tradição é passada entre os membros da família por várias gerações.

Um exemplo disso é a artesã Raimunda Oliveira, que, aos 50 anos de idade, desenvolve com muita dedicação o trabalho de mamucaba (tira de algodão da extremidade da rede). Com um sorriso no rosto e um pequeno tear manual, ela trança os fios e controla o ritmo com os pedais feitos de pano, uma habilidade que iniciou aos 12 anos de idade. “Minha mãe trabalhava com isso e pedia para ajudá-la, então todos os dias ela passava uma atividade para a gente fazer quando chegava do colégio”, conta.

Hoje, Raimunda faz a mamucaba em até dez redes por dia. Ela também ensinou a função para suas filhas, que chegaram a trabalhar no ramo por um período. “É uma atividade muito gratificante, pois a gente sabe que a pessoa vai deitar em uma coisa produzida por nós, que foi feita na nossa cidade”, complementa.

“

Minha mãe trabalhava com isso e pedia para ajudá-la, então todos os dias ela passava uma atividade para a gente fazer quando chegava do colégio”

Raimunda Oliveira, artesã



Quem também compartilha dessa arte são as artesãs Maria Aparecida Alves, com 67 anos, e Juraci Alves, de 40 anos. Mãe e filha ficam responsáveis em fazer a varanda (franja lateral da rede) e os detalhes de macramê (técnica de tecelagem manual). Após as tarefas do lar, elas se reúnem todas as tardes na sala de casa para fazer o acabamento. Enquanto trabalham lado a lado, colocam a conversa em dia. Há 26 anos, a dupla desenvolve essa atividade. “Ela me ensinou a tecer a varanda e em troca ensinei-lhe a técnica do macramê”, explica Juraci, com um sorriso no rosto.

Enquanto tece com cuidado os fios, dando formato às varandas, Maria Aparecida não esconde a alegria e a satisfação de trabalhar com artesanato. “Começo cedo e faço tudo devagarzinho. Em um dia consigo terminar umas três ou quatro redes”, relata. E a filha completa. “A gente faz esse trabalho não é tanto por necessidade, até porque temos outra renda, mas para ocupar o tempo que temos livre e ainda aproveitamos para ganhar um dinheiro a mais.”

COM A PALAVRA



“Jaguaruana é conhecida como a cidade da rede, onde praticamente todas as famílias estão envolvidas direta ou indiretamente com a atividade, considerando que o segmento é um componente importante na economia desse município. Ficamos muito satisfeitos em passar por lá e ver mulheres, homens e filhos envolvidos com a fabricação do produto.”

Deputado **Antônio Granja** (PDT)



“A rede de descanso pode ser considerada um símbolo da cultura e arte do nosso Ceará. Isso porque o processo de fabricação artesanal mantém viva a tradição e a habilidade dos artesãos cearenses. Um ofício que passa por várias gerações, por isso é importante valorizarmos todas essas características e os profissionais que se empenham em fabricar produtos de qualidade.”

Deputado **Jeová Mota** (PDT)



FABRICANTE

O município tem centenas de fabricantes que fazem desse produto típico do Estado uma fonte de renda. O empresário José Pinheiro Júnior, proprietário da Artesão Nato, mantém viva a tradição da família iniciada na década de 1980.

José é natural de Jaguaruana, mas residiu por muitos anos no município de Belém, no Pará. Em 1987, ele voltou para a cidade natal e encontrou desativada a tecelagem que era da sua avó. “O local possuía alguns teares manuais, achei tão interessante que resolvi aprender a utilizá-los e fui conhecer mais sobre a produção local de redes”, explica.

Foi então que ele se apaixonou pelo ofício e colocou a pequena fábrica para funcionar novamente. Hoje a tecelagem possui seis funcionários e conta com 40 artesãos terceirizados, que prestam serviços de acabamento.

Conforme o empresário, a Artesão Nato produz em torno de 600 redes por mês – nos períodos de alta estação a produtividade mensal salta para 1.000 peças. Além disso, a tecelagem fabrica mantas, cortinas e outras variedades. “A matéria-prima é fio de algodão, como também sua forma reciclada, que é elaborada a partir dos resíduos das confecções.”

De acordo com José, 90% desses produtos são destinados a municípios como Fortaleza, Belém e Manaus. O restante das peças segue para exportação, cujos principais destinos são Alemanha, Portugal e França.

Esse utensílio de descanso é apreciado em diversas partes do mundo. Conforme levantamento do Centro Internacional de Negócios da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), no primeiro quadrimestre de 2021, o Brasil registrou US\$ 1,4 milhão em exportações de redes de dormir. Nesse intervalo, o Ceará liderou as vendas no País, com o total de US\$ 890,2 mil. O principal mercado consumidor das redes cearenses é a Alemanha, que importou US\$ 239 mil nesse período.



“

A matéria-prima é fio de algodão, como também a forma reciclada, que é elaborada a partir dos resíduos das confecções”

José Pinheiro Júnior, proprietário da Artesão Nato

Esse utensílio de descanso é apreciado em diversas partes do mundo. Conforme levantamento do Centro Internacional de Negócios da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), no primeiro quadrimestre de 2021, o Brasil registrou US\$ 1,4 milhão em exportações de redes de dormir. **Nesse intervalo, o Ceará liderou as vendas no País, com o total de US\$ 890,2 mil. O principal mercado consumidor das redes cearenses é a Alemanha, que importou US\$ 239 mil nesse período.**



VEJA +



COM A PALAVRA



“É muito relevante a produção de redes para o cenário empreendedor do nosso Estado, pois, além de fomentar a economia de municípios produtores dessa atividade, ainda eleva e faz continuar essa importante tradição que vem desde os nativos indígenas. Ao longo dos anos, as redes foram ficando mais sofisticadas, mas nunca deixou de ser um utensílio acessível e usado na nossa região.”

Deputado **Elvilo Araújo** (Patri)



“Além da questão cultural e econômica, a fabricação das redes de dormir é uma maneira de sobrevivência para artesãos e pequenas indústrias. Grande parte das redes exportadas são do nosso Ceará, e o município de Jaguaruana é o grande polo produtor. Quem compra a peça muitas vezes não vê esse ciclo que promove sustento do nosso povo do interior do Estado.”

Deputado **Oriel Nunes Filho** (PDT)

O BÁSICO PARA A VIDA



WWW.FREEPIK.COM/VECTORS/VECTORJUICE

Assembleia Legislativa do Ceará realiza estudo para promover integração institucional e fortalecer a política pública de saneamento básico no Estado, visando melhorar a qualidade de vida, cidadania e saúde dos cearenses

Texto: Marina Ratis | marina.ratis@al.ce.gov.br

Fotos: Celso Oliveira

Mesmo com a Lei do Saneamento Básico (nº 11.445/2007), que há 14 anos estabeleceu a Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB), envolvendo questões como abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, várias cidades brasileiras ainda carecem desses serviços. A ausência de infraestrutura adequada resulta em mau cheiro pelo ar, lixo espalhado em terrenos baldios, água suja, lodo, além de pontos de alagamento e poças pelas ruas, com desastrosas consequências para a qualidade de vida da população no âmbito social, econômico-financeiro e ambiental.

Esse cenário despertou o interesse do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Ceará, que, em 6 de dezembro de 2019, lançou o Pacto pelo Saneamento Básico, com o objetivo de promover uma integração institucional e fortalecer a política do setor no Estado, visando à universalização dos serviços. A movimentação envolveu a apresentação do documento “Iniciando o Diálogo”, em que a problemática aparece exposta com o intuito sensibilizar e mobilizar a sociedade.

Para o presidente da Casa, deputado Evandro Leitão (PDT), o Estado ainda enfrenta alguns desafios no que se refere a esgotamento sanitário, drenagem, gestão de resíduos sólidos e saneamento rural. “Ao conceder prioridade aos investimentos e ao diagnosticar suas necessidades, o Ceará consegue enxergar a luz para o melhor e mais rápido caminho”, destaca.

COM A PALAVRA



“O pacto surge em um momento de extrema importância. Com a universalização do saneamento básico, é possível oferecer à população uma melhor qualidade de vida, saúde e buscar novas alternativas de desenvolvimento. Com todas as informações para a sociedade civil, entidades e poder público, vamos trabalhar juntos para firmar políticas para fortalecer essa área.”

Deputado **Tin Gomes** (PDT)

Em 6 de dezembro de 2019, o Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Ceará lançou o Pacto pelo Saneamento Básico, com o objetivo de promover uma integração institucional e fortalecer a política do setor no Estado, visando à universalização dos serviços.



MAXIMO MOURA

ATUAÇÃO NO CEARÁ

O pacto definiu para o trabalho quatro eixos da política nacional. Entretanto, no caso cearense, mais dois temas foram acrescentados: o saneamento básico rural e a educação ambiental.

Como justifica a socióloga Rosana Garjulli, coordenadora técnica do pacto, foi incluído o saneamento na zona rural por sua complexidade, especificidade institucional e pela defasagem de atendimento em relação às áreas urbanas. Em Fortaleza, por exemplo, o índice de cobertura alcança 62%, enquanto no interior a cobertura cai para 26,55%, aponta a Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (Cagece).

“O controle social, desde o planejamento até o pós-serviço, é instrumento fundamental para a apropriação e sensibilização do cidadão, no sentido de fazer entender o saneamento básico como um bem comum e indispensável à promoção da melhoria da qualidade de vida da população beneficiada”, explica Rosana.

O Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos é o responsável pelo planejamento e execução de pesquisas e das atividades que da-

“

Os desafios para conquistar esse resultado são imensos”

Rosana Garjulli, coordenadora técnica do Pacto pelo Saneamento Básico.



MAXIMO MOURA

Lançamento do Pacto Pelo Saneamento em 2019

rão o embasamento necessário para a criação do documento final.

A metodologia adotada para a construção do Pacto pelo Saneamento Básico, como expõe Rosana, fundamenta-se na promoção de um amplo diálogo e no compartilhamento de responsabilidades entre as instituições públicas e entidades da sociedade civil com atuação no setor. Mesmo com a pandemia, os trabalhos continuaram de forma remota. Em 2020, começou a elaboração de um diagnóstico da situação do saneamento básico no Estado, que resultou na publicação dos documentos “Cadernos Regionais por Bacia Hidrográfica” (agosto/2020) e “Cenário Atual do Saneamento Básico no Ceará” (junho/2021).

De acordo com a coordenadora, a última fase envolve o estabelecimento de estratégias, programas, projetos e metas institucionalmente pactuadas, que resultarão no “Plano Estratégico de Saneamento Básico” e nos “Cadernos por Eixos Temáticos”, com previsão de entrega em julho de 2022.

Criado em 2013, o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) definiu metas para a universalização dos serviços no País até 2033. Em consonância, o pacto cearense estabeleceu o mesmo prazo para o Estado.

Os desafios para conquistar esse resultado são imensos. Conforme estudo, os principais temas de cada eixo temático são: a gestão integrada e eficiente dos serviços de saneamento; o financiamento da infraestrutura necessária e do seu custeio; o fortalecimento institucional em todos os níveis (federal, estadual e municipal); a integração das informações do setor; a sensibilização da sociedade e sua mobilização para atuar como agente ativo no controle social da política de saneamento; o entendimento e tratamento da política de saneamento básico como política de estado prioritária em termos de investimentos e gestão (ter perenidade frente às mudanças de gestão).

O trabalho desenvolvido pelo pacto vem superando as expectativas e, segundo a coordenadora, Rosana Garjulli, estão engajadas cerca de 60 instituições públicas federais, estaduais, municipais e entidades da sociedade civil.

COM A PALAVRA



“A vida em sociedade é um pacto. A boa política é uma permanente construção de diversas e importantes pactuações para servir ao bem comum da população. Portanto, o Pacto pelo Saneamento Básico no Ceará é um compromisso por mais saúde, mais qualidade de vida e menos custos para a sociedade.”

Deputado **Salmito** (PDT)

A metodologia adotada para a construção do Pacto pelo Saneamento Básico, como expõe Rosana, fundamenta-se na promoção de um amplo diálogo e no compartilhamento de responsabilidades entre as instituições públicas e entidades da sociedade civil com atuação no setor.



CELSO OLIVEIRA

Bom Jardim

MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A comunidade Marrocos, localizada no Bom Jardim, sofre com a falta de saneamento básico. Somente em abril deste ano, começaram a ser realizadas obras de pavimentação, drenagem e saneamento na região, uma conquista dos articuladores locais, após anos de tentativas de diálogos junto à prefeitura.

“Em todas essas áreas temos problemas”, conta Rogério Costa, um dos articuladores no Grande Bom Jardim e membro do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), referindo-se aos quatro eixos da Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB). A água na Zona Especial de Interesse Social (Zeis) do Bom Jardim, a segunda maior de Fortaleza, é fornecida pela Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (Cagece), assim como o acesso ao esgoto. Porém, nesse caso, a

oferta não chega em boa parte do território.

A universalização da rede de esgoto para o bairro é a principal demanda. “Implica construir a rede coletora, as estações de tratamento e ligação dessa rede com a já existente, seja no rio Maranguapinho, seja no Conjunto Ceará. O apoio para que as famílias interliguem suas moradias à rede de esgoto também será necessário”, observa Costa.

A Universidade Federal do Ceará (UFC), em parceria com a Prefeitura de Fortaleza, elaborou, em 2019/2020, o Plano Integrado de Regularização Fundiária (Pirf), que identificou áreas de ocorrência de alagamentos. Agora só falta reforçar o sistema de drenagem nessas áreas. A comunidade Marrocos, segundo Costa, é uma das localidades mais afetadas.

Antônia Mendes, moradora da comunidade, conta que a situação começou a melhorar este ano. “Quando dizia assim ‘vai chover’, a gente já tava dentro d’água. Inclusive tem um vídeo meu dentro da associação mostrando a água no meu joelho”, narrou. Ela também é presidente da Associação de Catadores de Material Reciclável do Grande Bom Jardim (Ascabonja).

A coleta de lixo doméstico no bairro é regular, mas, segundo Rogério Costa, precisa de complementações. Uma das formas seria fortalecer o trabalho dos catadores. “Lutamos para a construção de um galpão de reciclagem que otimizaria essa atividade, potencializando a recuperação ambiental com a retirada e tratamento adequado de materiais não biodegradáveis”, justificou o articulador.



CELSO OLIVEIRA

“

Lutamos para a construção de um galpão de reciclagem que otimizaria essa atividade, potencializando a recuperação ambiental com a retirada e tratamento adequado de materiais não biodegradáveis”

Rogério Costa, articulador no Grande Bom Jardim e membro do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS).

CELSO OLIVEIRA





“

Quando dizia assim ‘vai chover’, a gente já tava dentro d’água.”

Antônia Mendes, moradora da comunidade



CENÁRIO ATUAL

No Ceará, 98% da população tem abastecimento de água. Entretanto apenas 42,4% dos domicílios do Estado são cobertos por redes de esgoto. Em relação à gestão da limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, o estudo sobre o cenário atual indica a existência de cerca de 300 lixões no Ceará e alerta para o seu impacto ambiental como potencial poluidor do solo e das águas, aumentando o risco de transmissão de doenças.

De acordo com o documento, a Política Estadual de Resíduos Sólidos tem avançado significativamente, com apoio à criação de 21 consórcios intermunicipais de resíduos sólidos, a elaboração de instrumentos de planejamento e a criação de incentivos fiscais para que os municípios avancem com maior agilidade na resolução desse grave problema.

O levantamento detectou uma grande lacuna até mesmo na legislação pertinente à gestão dos resíduos sólidos no meio rural e quanto às ações e atribuições institucionais quando se trata da drenagem de águas pluviais. Entre os problemas apontados estão a ocupação desordenada, o que ocasiona inundações constantes; a necessidade de implantação de um Plano Diretor de Drenagem Urbana (PDDU) e a ausência de um cadastro geral do sistema de drenagem. Conforme dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) 2019, somente 11 municípios cearenses possuem um plano de drenagem urbana.

COM A PALAVRA



“Saneamento básico é a vacina que o Brasil ainda não desenvolveu. É preciso lembrar que saneamento é uma atividade de saúde preventiva. Acreditamos e torcemos para que o Plano Nacional torne-se realidade, que é universalizar o saneamento até o ano de 2033, quando deverá atender cerca de 99% da população com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgoto em todo o País.”

Deputado **Sérgio Aguiar** (PDT)

NÚMEROS

98%

da população cearense possui abastecimento de água

42,4%

dos domicílios do Estado são cobertos por redes de esgoto



IMUNIZAÇÃO PREVENTIVA

Instituições e entidades parceiras do Legislativo cearense atuam nos municípios do Estado para inscrever as pessoas sem acesso à internet para a vacinação contra a Covid-19

FOTOS JUNIOR PIO



Texto: Lúcia Stedille

A Assembleia Legislativa do Ceará, sob a presidência do deputado Evandro Leitão (PDT), coordena uma série de ações em Fortaleza e nos municípios do Estado envolvendo os diversos setores da economia e política para evitar nova alta de casos de Covid-19. Na primeira reunião, as entidades debateram estratégias para ampliar o cadastro de vacinação e conscientizar a população de que a pandemia não acabou.

Durante o encontro, os parceiros se prontificaram a ajudar no cadastro da vacinação dos cearenses através da plataforma Saúde Digital. De acordo com o presidente da Casa, o grupo de representantes das instituições que integram essa grande força-tarefa decidiu iniciar a estratégia pela criação de uma campanha em massa, bem como a busca ativa pelo público que precisa se vacinar e que, por algum motivo, não conseguiu receber o imunizante, tomar a segunda dose ou até mesmo se cadastrar. “Alguns dos nossos parceiros se disponibilizaram a ajudar com pontos e caminhões para ir ao encontro desse público”, acrescenta.

O Pacto Contra o Coronavírus, lançado em 23 de julho, reúne 18 instituições de vários setores (político, econômico e social), com a finalidade de evitar retrocessos no controle da pandemia, agilizar a vacinação e retomar o crescimento econômico e geração de emprego e renda. O pacto leva ao interior cearense a ideia de fortalecer o cadastro na plataforma Saúde Digital, que é o primeiro passo para tomar a vacina contra o coronavírus. Em cada município visitado pelo programa, são criados por essas instituições postos de cadastramento para atender as pessoas que não têm acesso à internet.

Ao lançar o pacto, Evandro Leitão agradeceu o empenho de cada um em reforçar, por meio de campanha e de ações diretas, o reforço dos protocolos de saúde. Ele acrescentou ainda que “a iniciativa não vai focar somente na imunização. Num segundo momento, faremos reuniões regionalizadas com o setor produtivo, tratando dos desafios locais, para que seja passado para o governador Camilo Santana.”



Lançamento do Pacto Coronavírus

“

A iniciativa não vai focar somente na imunização. Num segundo momento, faremos reuniões regionalizadas com o setor produtivo, tratando dos desafios locais, para que seja passado para o governador Camilo Santana”

Deputado Evandro Leitão, presidente da Assembleia Legislativa do Ceará

COM A PALAVRA



“Parabenizo o presidente da Casa. O Pacto Contra o Coronavírus leva ao interior o fortalecimento do cadastro na plataforma Saúde Digital, primeiro passo para tomar a vacina. Quando lançado em um município, isso tem ressonância para as comunidades de toda aquela região. Muita gente não tem acesso e nem o conhecimento para fazer o cadastro. O pacto contra a Covid visa exatamente preencher essa lacuna.”

Deputado **Queiroz Filho** (PDT)

As visitas do Pacto pelos municípios cearenses envolvem a Presidência da AL, parlamentares, prefeitos, secretários municipais, vereadores e lideranças regionais, além da instituição e entidades do setor econômico envolvidas no esforço conjunto.

ENGAJAMENTO

Diversos setores da sociedade civil estão envolvidos nesse esforço para sensibilizar a população para o tema. As entidades debatem estratégias e somam forças para ampliar o cadastro de vacinação, conscientizando a população de que a pandemia não acabou. A primeira medida prática foi a criação de um corpo técnico para implementar as decisões do grupo de entidades que representam o pacto, como a definição da marca e a logística da busca ativa, bem como as atribuições de cada instituição.

A iniciativa conta com diversas ações, dentre elas, campanhas publicitárias entre as empresas e sindicatos empresariais e o diálogo com os setores envolvidos. “Investimos em publicidade, nas nossas mídias sociais e nos meios de comunicação. É uma campanha unificada, com a mesma logomarca, para pedir conscientização. Iniciamos no período de férias, em que vários turistas visitam o nosso Estado, que é um destino bastante procurado. Temos que passar para eles que a pandemia não acabou e que temos de nos proteger e proteger os outros”, destacou o presidente Evandro Leitão (PDT), acrescentando: “É importante entendermos que a pandemia ainda não passou. A mobilização passa pela prevenção e a sensibilização de toda a população cearense”.

As visitas do pacto pelos municípios cearenses envolvem a Presidência da AL, parlamentares, prefeitos, secretários municipais, vereadores e lideranças regionais, além da instituição e entidades do setor econômico envolvidas no esforço conjunto. Além das palestras e campanhas de conscientização, são criados postos de atendimento onde a população sem acesso à internet ou que não sabe fazer o preenchimento dos dados no site Saúde Digital é cadastrada por atendentes que também orientam, tiram dúvidas e esclarecem sobre fake news envolvendo a imunização, conscientizando a população em relação ao uso da máscara, álcool em gel e o distanciamento social.

FOTO DARIO GABRIEL



SAIBA+

Em Fortaleza, foram criadas unidades móveis, uma iniciativa do Ministério Público Estadual com instituições parceiras, para percorrer os bairros da capital. Tanto em Fortaleza quanto no interior, esses postos de cadastramento são operados por colaboradores das entidades que fazem parceria com o Legislativo cearenses, como é o caso da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Federação das Indústrias do Ceará (Fiec) e Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará (Fecomércio-CE). A Assembleia, por sua vez, criou um posto de atendimento permanente na Casa do Cidadão.

MUNICÍPIOS VISITADOS

A campanha do Pacto Contra o Coronavírus já passou por 16 municípios que são regionais: Sobral, Tianguá, Viçosa do Ceará, Crateús, Tauá, Aracati, Morada Nova, Canindé, Baturité, Juazeiro do Norte, Barbalha, Crato, Camocim, Granja, Quixeramobim e Iguatu.

ENTIDADES PARCEIRAS

Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec); Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará (Fecomércio); Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT); Câmaras de Dirigentes Lojistas do Ceará (CDL); Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ-CE); Ministério Público Federal (MPF); Ministério Público Estadual (MP-CE); Defensoria Pública do Estado do Ceará; Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE); Ordem dos Advogados do Brasil - Secção Ceará (OAB-CE); Secretaria Estadual da Saúde (Sesa); Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza (SMS); Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece); Universidade Estadual do Ceará (Uece) e Universidade Federal do Ceará (UFC).

COM A PALAVRA



“O Pacto Contra o Coronavírus no Ceará é uma iniciativa da Assembleia Legislativa e parceiros, com o lançamento dos postos de cadastro para vacinação na Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e no Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), do VaptVupt nos municípios. O serviço será para todos que ainda não fizeram seu cadastro para se vacinar. Os pontos contarão com atendentes que auxiliarão no cadastro.”

Deputado **Fernando Santana** (PT)



“O programa permite a busca ativa de pessoas para cadastramento e vai contribuir para que as vacinas cheguem aos moradores e que a imunização seja mais ágil. As ações da Assembleia Legislativa, com parlamentares destinando 100% das emendas ao combate à pandemia e à abertura de 30 leitos de UTI no centro-sul do Estado, e a campanha de arrecadação de alimentos liderada pela AL são fundamentais.”

Deputado **Marcos Sobreira** (PDT)

DIREITO À TERRA

O Governo do Ceará tornou o projeto Hora de Plantar política pública de estado sancionando a Lei Wilson Brandão, que trata da regularização fundiária. A iniciativa deve beneficiar cerca de 350 mil agricultores familiares

Texto: Marina Ratis | marina.ratis@al.ce.gov.br



A reforma agrária prevê um conjunto de medidas para viabilizar a melhor distribuição das terras no campo. No Brasil, além da própria Constituição Federal de 1988, existem legislações para regulamentar a questão: a lei complementar da Constituição nº 8.634/1993 e a lei nº 4.504/1964, conhecida como Estatuto da Terra. Na Carta Magna cearense, o capítulo XI dispõe sobre o papel do Estado nesse assunto.

É importante salientar que todas servem para garantir às pessoas o direito de ser proprietário e dá ao Estado a responsabilidade de fazer com que se cumpra o bom uso da terra.

No dia 2 de junho, foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Ceará o projeto do Executivo que resultou na Lei nº 17.533, que trata da Política de Regularização Fundiária Rural no Estado, denominada de Wilson Brandão, sancionada pelo governador Camilo Santana, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 22 do mesmo mês. “Nós estamos aqui fortalecendo e garantindo para que isso passe a ser

uma política continuada. É lei agora no Ceará”, disse o chefe do Executivo na ocasião.

A legislação estabelece princípios, objetivos e estratégias para a formulação e implementação da regularização fundiária em solo cearense, proporcionando a realização de ações governamentais dirigidas ao processo de inclusão social no meio rural e o acesso a políticas públicas de âmbito social, ambiental e econômico.

Essa política terá como diretrizes a cooperação e coparticipação entre Governo do Ceará, União e proteção da agricultura familiar. A concessão do título se dará preferencialmente em nome da mulher.

“Essa lei é uma homenagem ao nosso querido e inesquecível Wilson Brandão, um grande servidor público do Idace (Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará), que foi secretário executivo de Desenvolvimento Agrário e uma grande perda para o sistema de agricultura do Estado”, justificou o governador. O servidor faleceu em abril, vítima de Covid-19.



ANDRE GURJAO - ARQUIVO SDA

DIREITOS

Segundo o professor Filipe Xavier, do Departamento de Economia Agrícola (DEA) da Universidade Federal do Ceará (UFC), a regularização fundiária deve ser entendida como uma das medidas da reforma agrária, em que é possível legalizar e legitimar, por meio de medidas jurídicas, propriedades rurais que se encontram em situação de posse.

“Mais do que garantir o direito social a moradia e a produção por meio da titulação, a regularização fundiária no meio rural deve ser vista como uma estratégia de reordenamento agrário essencial, que garante a segurança jurídica do patrimônio fundiário do agricultor familiar”, explica o professor.

O Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace) é responsável pela organização da estrutura fundiária. O foco da instituição é no assentamento e reassentamento rural, com amplos poderes para promover a distribuição de terras devolutas.



DIANGELA MENEZES E EDUARDA RENOSTRO ZACHI

No dia 2 de junho, foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Ceará o projeto do Executivo que resultou na Lei nº 17.533, que trata da Política de Regularização Fundiária Rural no Estado, denominada de Wilson Brandão, sancionada pelo governador Camilo Santana, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 22 do mesmo mês.



ANDRE GURJAO - ARQUIVO SDA

COM A PALAVRA

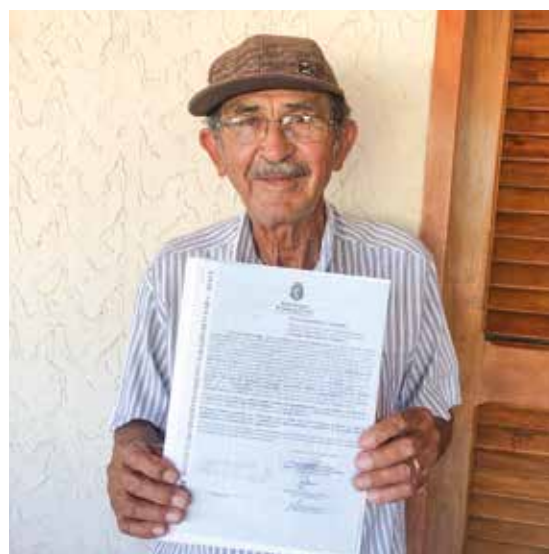


“Essa lei garante recursos anuais para a regularização fundiária no Ceará. Votamos a favor da matéria porque entendemos que o maior sonho do agricultor é possuir o seu papel da terra. Essa política também é bandeira prioritária do presidente Bolsonaro, que, em 2021, lançou o Programa Titula Brasil, no intuito de beneficiar milhões de agricultores por todo o País.”

Deputado **Delegado Cavalcante** (PTB)



ANDRÉ GURJÃO - ARQUIVO SDA



ARQUIVO IDACE

COM O PAPEL NA MÃO

Para o superintendente do órgão, José Wilson Gonçalves, com o imóvel registrado, o agricultor ou agricultora tem condições de acessar um conjunto de políticas públicas, muitas delas do Governo do Estado, como o programa Hora de Plantar, de distribuição de sementes, podendo pleitear também, junto ao banco, financiamento para melhorar a propriedade e a produção.

“Para mim, significa muita coisa”, diz o agricultor Manoel Siqueira de Anchieta, ao receber seu documento de propriedade. Ele vive no sítio Bom Princípio, no município de Independência.

“Eu tinha esse terreno e não o documento, a escritura. Sem o documento, não podia fazer nada. Hoje, no dia que eu precisar ir ao banco, posso tentar fazer um empréstimo, um levantamento para qualquer coisa, uma cerca ou um poço”, conta.

PESQUISAS

De acordo com pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Economia Rural (PPGER) da UFC, considerando o período entre 2004 e 2017 e as

“

“Para mim, significa muita coisa”

Manoel Siqueira de Anchieta, agricultor (referindo-se a receber o documento de propriedade do seu imóvel)

propriedades rurais que medem entre um e quatro módulos fiscais (agricultores familiares), constatou-se que praticamente todo o Ceará se encontrava em estágio avançado no que diz respeito ao número de imóveis medidos para a caracterização da malha fundiária estadual.

Conforme dados do Idace, o Programa de Cadastro Georreferenciado de Imóveis Rurais e Regularização Fundiária, de um total de 14.917.898 hectares da área territorial cearense, 10.885.233 foram medidos, o que representa 76%.

“Nós já cadastramos e georreferenciamos mais de 275 mil imóveis no Ceará. A última projeção que fizemos, que sempre tem uma necessidade de atualizar, é que podemos chegar a 312 mil”, revela Wilson.

Dos 184 municípios cearenses, 182 são contemplados pelo programa. Desses, 136 já foram atendidos. Fortaleza e Eusébio ficam de fora porque não têm mais área rural. “Estão faltando 46 municípios, e é interessante que a grande maioria deles são de área territorial pequena”, acrescenta Wilson. A projeção é de georreferenciá-los até 2026.

Por outro lado, o estudo realizado pela UFC percebeu que a quantidade de títulos entregues varia a depender do território, sobressaindo-se o Cariri, com 11.377, seguido dos territórios centro-sul e sertão central, com 6.508 e 5.934, respectivamente.

“

Nós já cadastramos e georreferenciamos mais de 275 mil imóveis no Ceará. A última projeção que fizemos, que sempre tem uma necessidade de atualizar, é que podemos chegar a 312 mil”.

José Wilson Gonçalves, superintendente do órgão

COM A PALAVRA



“Essa política não correrá mais o risco de ser fragilizada ou deixar de existir em governos que não tenham o mesmo compromisso do atual com os pequenos produtores. É o oposto do que faz a bancada ruralista no Congresso, com o apoio do Governo Bolsonaro, que privilegia somente os interesses dos grandes latifundiários.”

Deputado **Guilherme Sampaio** (PT)



“Pensando a longo prazo, avalio de forma muito positiva. De fato, são necessárias políticas públicas que, além de incluir, também garantam o respeito social aos trabalhadores rurais do Ceará, e a regularização fundiária rural vem para garantir isso.”

Deputado **Rafael Branco** (MDB)

O professor Filipe Xavier, da UFC, defende um maior investimento do poder público para o avanço na regularização fundiária no Ceará e a busca de uma melhor articulação entre os órgãos e instituições que atuam no âmbito das questões agrário-fundiárias no Estado, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o próprio Idace.

Ele acrescenta ainda que se percebe a necessidade de aumentar o quadro de profissionais para trabalhar na área, a fim de atender o contingente de produtores rurais que dependem da legalização e legitimação de suas terras. Igualmente, deve haver o fortalecimento de parcerias com as prefeituras municipais, com as federações e sindicatos de produtores rurais e com os cartórios de imóveis rurais.

“O que se observa, na prática, é que, embora o Ceará esteja em situação avançada na medição dos imóveis cadastrados, inclusive quando comparado a outros estados do Brasil, as outras etapas, até a entrega do título aos seus detentores, não seguem a mesma velocidade, o que compromete a celeridade e a execução da política”, comenta o especialista.



ANDRE GURJAO - ARQUIVO SDA



ANDRE GURJAO - ARQUIVO SDA

HORA DE PLANTAR

O projeto Hora de Plantar teve sua origem na década de 1980. Por meio dessa iniciativa, são distribuídas sementes e mudas de elevado potencial genético, que beneficiam mais de 150 mil agricultores familiares, em 182 municípios, todos os anos. Os grãos são levados pelos técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA). A proposta é uma importante ferramenta de criação de novas oportunidades de ocupação e renda para a população rural, fomentando inclusão e sustentabilidade econômica e social no campo. Ao longo dos anos, ela passou por uma evolução. Hoje, foram incluídas mudas frutíferas e florestais nativas, manivas de mandioca e raquetes de palma forrageira. Outras inovações envolvem sementes de milho híbrido e variedade, feijão caupi e sorgo forrageiro, que passaram a contar com um padrão genético auditado pelo próprio Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento, como também são fornecidas sementes biofortificadas.

AGRICULTURA FAMILIAR

O Censo Agropecuário (2017) revelou que o Ceará é um dos estados que têm as maiores proporções de áreas ocupadas pela agricultura familiar no Brasil. Dos estabelecimentos que praticam atividades agrícolas, 75% são unidades da agricultura familiar. E, mesmo tendo o tamanho menor de áreas ocupadas quando comparado às utilizadas pela agricultura não familiar ou unidades patronais, a familiar é responsável por quase 74% da mão de obra empregada no setor, ou seja, ela é a principal geradora de emprego e renda no meio rural cearense. Ao serem observados os dados referentes ao valor bruto da produção agropecuária também presentes no Censo Agropecuário de 2017, percebe-se que os estabelecimentos da agricultura familiar do Ceará participaram com 40% desse valor, o que reforça sua importância.



GUSTAVO-MARINHO

COM A PALAVRA



“O direito à terra traz mais autonomia e dignidade, bem como garante ao agricultor ser beneficiado com políticas públicas que vão fomentar sua produção e proporcionar uma nova vida. O desenvolvimento agrário no Ceará passa necessariamente pela regularização fundiária, sendo, assim, um pilar do desenvolvimento, porque sem a terra regularizada, o agricultor fica limitado a produzir.”

Deputado **Tony Brito** (Pros)

UMA LUTA CONTÍNUA



Quinze anos se passaram desde a criação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) e muitos homens continuam sendo alvos de suas mulheres e companheiras. Sancionada em 7 de agosto de 2006, pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a LMP tem como propósito garantir os direitos plenos das mulheres, incluindo a proteção contra a violência doméstica

Texto: Fátima Abreu | fabreu@al.ce.gov.br

Inicialmente com 46 artigos, entre eles o que permite a instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a lei está em vigor desde o dia 22 de setembro de 2006. A legislação proíbe a aplicação de penas pecuniárias aos agressores, amplia a pena de um para até três anos de prisão e determina o encaminhamento das mulheres em situação de violência, assim como de seus dependentes, a programas e serviços de proteção e de assistência social.

O dispositivo recebeu o nome Maria da Penha em homenagem à biofarmacêutica cujo marido tentou matar duas vezes, o que a deixou paraplégica. Por 19 anos ela tentou punir o seu agressor, mas ele ficou apenas dois anos preso. Desde o atentado ela se dedica à causa do combate à violência contra as mulheres.

De 2006 para 2021, foram incluídas mudanças ampliando o alcance da Justiça aos agressores, sejam maridos contra cônjuges, mãe contra filha, padrasto contra enteada, neto contra avó, neto da patroa contra a empregada, entre outros. Em 2017, foi publicada a Lei 13.505/17, estabelecendo que mulheres em situação de violência doméstica e familiar devem ser atendidas preferencialmente por policiais e peritas do sexo feminino.

Em 2018, uma nova alteração considera como violência doméstica familiar a violação da intimidade da mulher, assim como também é considerado crime o registro não autorizado de cenas de nudez ou de ato sexual. Já em 2019, duas normativas estabeleceram mudanças na Lei Maria da Penha: a Lei 13.827/19 autorizou que, em alguns casos, a autoridade judicial ou policial aplique medidas protetivas de urgência e a Lei 13.926/19 tornou obrigatório que seja informado quando a vítima for pessoa com deficiência.

Em 2020, foi sancionada a Lei 13.984, que determina que agressores de mulheres podem ser obrigados a frequentar centros de reeducação, além de receberem acompanhamento psicossocial. Neste ano, a Lei nº 14.188, de 29 de julho, incluiu no Código Penal o crime de violência psicológica contra a mulher. Trata-se do artigo 147-B do Código Penal, que já era previsto na Lei Maria da Penha, mas ainda não havia sido detalhadamente tipificado.

Para a advogada Katarina Brasil, especialista nos Direitos das Mulheres, a Lei é importantíssima, pois fomos acostumadas a silenciar os abusos ou sequer saber nomear que violência era praticada contra nós. “Antes, a violência contra a mulher era entendida como um crime de menor potencial ofensivo. O agressor era condenado a um trabalho ou a pagar uma cesta básica e, às vezes, era a própria mulher que levava a cesta básica para pagar essa punição.”

De acordo com o 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o Ceará é o segundo estado brasileiro com a maior taxa de homicídios de meninas e mulheres. Levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indica que a taxa era de 7 mortes a cada 100 mil mulheres no Estado em 2020, quando 329 mulheres foram mortas.

200 MIL

Nas mídias sociais, o apelo à violência contra a mulher atrai adeptos. Katarina Brasil é advogada e embaixadora do movimento no Ceará “200 mil por elas”. Criada pela plataforma Eu Sou a Glória, em parceria com o Instituto Maria da Penha, a iniciativa busca atingir 200 mil pessoas nas redes sociais dispostas a seguir quem ajuda a combater a violência contra a mulher, como os Institutos @eusouagloria e @institutomariadapenha, disponíveis no Instagram.



CELSO OLIVEIRA



FREEPICK

FREEPICK

“

Antes, a violência contra a mulher era entendida como um crime de menor potencial ofensivo. O agressor era condenado a um trabalho ou a pagar uma cesta básica e, às vezes, era a própria mulher que levava a cesta básica para pagar essa punição”

Katarina Brasil, especialista nos Direitos das Mulheres

A campanha surgiu como resposta à adesão dos 200 mil seguidores do DJ Ivis após a repercussão do vídeo em que ele aparece agredindo sua esposa, Pamella Holanda. Katarina Brazil considera que “ser mulher numa sociedade patriarcal e machista requer desafios diários, e o direito, como produtor de normas, também vai absorver grande parte dessa cultura machista e misógina, de forma que, nos casos de violência contra mulheres, mesmo quando elas conseguem denunciar e romper o difícil ciclo dessa violência, têm de encarar um sistema de justiça que ainda não é protetivo e que ainda escancara essa sociedade machista, sexista, racista e extremamente autoritária.”

No âmbito do Legislativo estadual, a Procuradoria Especial da Mulher (PEM) vem trabalhando para conter o avanço da violência contra as mulheres, a exemplo da expansão de procuradorias no interior do Estado. Estão à frente do trabalho a procuradora Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Ceará, deputada Augusta Brito (PCdoB), e a procuradora adjunta e terceira secretária da Mesa Diretora, deputada Érika Amorim (PSD), autora do projeto de lei nº 17.465, que prioriza atendimento nas unidades de saúde às mulheres vítimas da violência.

Atualmente, são 33 procuradorias especiais da mulher no interior do Ceará: 15 ativas, 11 em fase de implementação e 7 inativas. Estão em plena atividade as procuradorias implantadas nas cidades de Itaiçaba, Fortim, Cedro, Jardim, Mauriti, Paracuru, Amontada, Frecheirinha, Guaraciaba do Norte, Barbalha, Milagres, São Benedito, Camocim, Pentecoste e São Gonçalo.

Outra iniciativa da Procuradoria Especial da Mulher na Casa é o projeto “Ei, mulher!”, que aborda questões jurídicas envolvendo os direitos das mulheres de forma acessível, possibilitando que o público entenda os contextos e possibilidades de efetivação dos direitos.

Já foram realizadas lives abordando os temas guarda compartilhada e medida protetiva; relação de emprego das empregadas domésticas em tempo de pandemia; direitos da maternidade; diferenças entre casamento, união estável e regime de bens e respaldo jurídico em casos de violência contra a população LGBTQIA+.

COM A PALAVRA



“É uma Lei reconhecida mundialmente e que não visa punir o agressor, mas sim, prevenir futuras agressões às mulheres. Acredito que, com a pandemia houve um aumento no número de casos, porém, elas tiveram um acesso menor da possibilidade de fazer as denúncias, pois seus agressores estavam sempre ao seu lado. Por isso, é preciso de ações conjuntas para que o agressor se sinta inibido a agredir.”

Deputada e procuradora Especial da Mulher
Augusta Brito (PCdoB)



“A lei ajuda a mudar essa mentalidade, principalmente porque o que se sabe é que a violência física é, na verdade, uma das últimas a acontecer. Após a Lei Maria da Penha, houve facilitação para denunciar os casos de violência doméstica e familiar. Tivemos grandes avanços, mas há muito a fazer, inclusive na educação e prevenção.”

Deputado **Nizo Costa** (PSB)

PATRULHA NO CARIRI

Graças à Lei Maria da Penha, autoridades e sociedade juntas buscam ampliar o auxílio às vítimas da violência. Em Juazeiro do Norte foi implantada, há dois anos, a Patrulha Maria da Penha da Guarda Civil Metropolitana, que tem como objetivo realizar um trabalho preventivo e ostensivo de combate à violência doméstica, dando total apoio às mulheres vítimas de agressões físicas e psicológicas no meio familiar. O projeto é inovador e, segundo o secretário de Segurança Pública e Cidadania de Juazeiro, Dorian Lucena, poderá, em breve, ser implantado em outros municípios.

“A Patrulha Maria da Penha vai além de uma guarnição de combate à violência doméstica, pois presta ainda serviços de formação e educação junto à sociedade, mostrando a importância da união em torno da defesa dos direitos da mulher e de sua plena proteção”, destacou Lucena.

A Lei Maria da Penha permite que a Justiça alcance os agressores de mulheres. No entanto, o que mais se espera é que a legislação garanta políticas públicas e abertura de mais canais de atendimento para as vítimas. Um dos méritos é a proposta do trabalho articulado entre as esferas de governo e a sociedade civil em busca da cidadania.

SAIBA+ ZAP DELAS

A Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Ceará criou, em junho deste ano, o Zap Delas. Um novo canal de comunicação direta destinado ao atendimento de mulheres e meninas em situação de violência no Ceará. A ferramenta, oferecida por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp, estará disponível pelo número (85) 9.98140754. Os atendimentos acontecem de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, e contam com servidoras capacitadas para identificar possíveis casos de violações contra mulheres e meninas. As usuárias recebem orientações iniciais e são encaminhadas para acompanhamento multidisciplinar da Procuradoria Especial da Mulher ou do órgão competente para tratar da demanda, conforme o caso.



FREEPICK

COM A PALAVRA



“A Patrulha Maria da Penha se apresenta muito mais como um instrumento que tenta garantir a tranquilidade dessas vítimas, inclusive fazendo rondas em áreas onde elas moram ou atendendo pedidos de socorro quando surgem as solicitações. Para uma cidade do porte de Juazeiro, ainda é um trabalho tímido, porém foi dado um primeiro e importante passo no apoio que essas mulheres necessitam.”

Deputado **David de Raimundão** (MDB)



“Qualquer lei que coíba abusos é sempre uma esperança. As desavenças entre homens e mulheres nem sempre são causadas por paixões ou por relação de gênero. Essas coisas são bem mais complexas. Em vez de focar ações fiscalizadoras com viés punitivo, o Estado deveria criar ações educativas, programas sérios de orientação psicossocial para homens e mulheres em geral, em especial para casais.”

Deputada **Dra. Silvana** (PL)

Atualmente, são 33 procuradorias especiais da mulher no interior do Ceará: 15 ativas, 11 em fase de implementação e 7 inativas.



FIOS DE ESPERANÇA

No mês dedicado à prevenção do câncer de mama, o Legislativo cearense reforça a importância do autocuidado e de uma atitude capaz de transformar a vida de mulheres em tratamento da doença: a doação de cabelos

Texto: Dídio Lopes | didio.lopes@al.ce.gov.br

Você sabia que o cabelo já foi considerado símbolo de poder? Quando cortado, era sinal de castração da força e da virilidade, assim como Sansão ficou indefeso após a traição de Dalila. Para o hinduísmo, nos cabelos de Shiva existia energia, poder e magia. Já os cabelos da deusa egípcia Ísis, além da proteção, devolviam a vida – ao suspendê-los sobre Osíris, o fizeram-no ressuscitar. Mas hoje, tanto tempo depois, qual o significado do cabelo? Para a Assembleia Legislativa do Ceará, é sinônimo de solidariedade.

Em outubro deste ano, dentre as ações que a Casa promove para conscientização e prevenção ao câncer de mama, acontece a doação de cabelos. O projeto é uma iniciativa da deputada Fernanda Pessoa (PSDB), que também sugeriu, através da Lei 396/21, instituir o Selo Rosa no Ceará, com o objetivo de trazer a iniciativa privada para as políticas de incentivo e combate à doença.

A parlamentar acrescenta ainda que o Legislativo cearense realiza anualmente ações contra a doença e, atrelado a isso, atividades de estímulo à autoestima da mulher. “Como mulher e parlamentar, faço questão de ser a voz de todas que precisam ser ouvidas. Costumo dizer que outubro é todo mês. Durante o ano todo temos que levantar a bandeira de prevenção e conscientização de combate ao câncer”, afirma.

Lisos, cacheados, crespos, naturais ou com química. Qualquer tipo de cabelo é aceito como doação para a confecção de perucas, desde que a mecha tenha no mínimo 15 centímetros. Para os interessados em participar, a Casa vai disponibilizar uma urna na recepção para doações das mechas, durante todo o mês de outubro.

Lisos, cacheados, crespos, naturais ou com química. Qualquer tipo de cabelo é aceito como doação para a confecção de perucas, desde que a mecha tenha no mínimo 15 centímetros.

COM A PALAVRA



“Além do impacto de receber o diagnóstico de câncer e todos os efeitos do tratamento, o que ainda é encarado com muita dificuldade entre as pacientes é a perda de cabelo. A queda dos fios abala muito a autoestima da mulher, e as perucas aumentam a autoconfiança delas, o que é essencial para superar a doença.”

Deputada **Fernanda Pessoa** (PSDB)



“A insegurança causada pela perda de cabelo, entre outros efeitos colaterais, interfere, principalmente, na autoestima das mulheres que enfrentam a batalha contra o câncer. Quando o poder público fortalece e estimula ações que acolhem e potencializam a autoestima das mulheres, a sociedade se engaja nessa missão. O otimismo e a força interior são essenciais para vencer o câncer.”

Deputada **Érika Amorim** (PSD)



FOTO JOSÉ LEOMAR

SOLIDARIEDADE

Há sete anos, na contramão daqueles que ficavam só observando a situação da perda de cabelos dos pacientes com câncer, mas sem fazer nada de efetivo, a estudante de jornalismo Marília Karen decidiu recolher mechas e transformá-las em perucas para doação, criando assim o projeto “Um pedacinho de Amor não dói”.

“Nas visitas que fazia à ONG Lar Amigos de Jesus, sempre via meninas brincando com cabelos imaginários, que, na verdade, eram lenços. Aquilo me tocou e eu falei para a minha mãe que precisava ajudar. A partir dali, falei com as minhas amigas do colégio e decidi abraçar a causa”, conta Marília.

Com mais de 500 perucas doadas desde o início do projeto, as próteses capilares são produzidas pela peruqueira Adrízia Andrade e sua família. Ela revela que o trabalho é todo manual e com muito cuidado, desde o momento que recebe as mechas, passando pela separação, telagem, limpeza e costura.

“Para mim, esse trabalho é uma terapia. Às vezes dá meia-noite e eu ainda estou aqui, sentada à máquina. A cada nozinho que dou, eu penso no sofrimento de cada mulher que receberá essa peruca, por isso me dedico ao máximo e dou o melhor de mim”, confessa a peruqueira.

KITS DE AMOR

Na região do Cariri, além da peruca, as pacientes recebem um kit para valorizar sua beleza. Ele é enviado de São Paulo, pelo Instituto Amor em Mechas, que já doou mais de 350 kits para mulheres do Ceará.

Surpreendida com o diagnóstico de câncer de mama durante os exames de rotina, em 2015, Débora Pieretti transformou seu drama pessoal para ajudar outras mulheres acometidas com a doença e, em 8 de março de 2017, criou o Instituto Amor em Mechas.

“Sei o que essa mulher está sentindo, pois já passei pelo mesmo problema, e fico extremamente feliz em possibilitar a experiência de ganhar não apenas uma peruca, mas sim um kit que é uma verdadeira prova de amor”, destaca Pieretti. Pensando no futuro, Débora sonha com a sua própria confecção das perucas, feitas no instituto com mulheres em situação vulnerável ou que terminaram o tratamento, não conseguiram recolocação no mercado de trabalho por discriminação e serão remuneradas pelos patrocinadores do projeto, gerando assim, emprego e renda para elas.

Porém, nem todas as mulheres que integram o projeto são ex-pacientes. Algumas delas foram contagiadas pela ideia de fazer o bem. É o caso da madrinha e representante oficial do instituto na região do Cariri, Mariluce Sousa, que decidiu se dedicar ao projeto após uma luta familiar. “Todas as vezes me emociono, pois vejo que elas ficam totalmente transformadas. É um brilho, um sorriso no rosto que não tem dinheiro que pague”, finaliza a madrinha.

COM A PALAVRA



“Perder os cabelos, para muitas pessoas, pode significar também a perda da autoestima. Para as mulheres em tratamento contra o câncer, essa situação é ainda mais delicada. Essas mulheres já estão fazendo um tratamento muito agressivo, então ações assim podem ajudar na autoestima dessas pacientes que já estão com o corpo fragilizado e com o emocional abalado.”

Deputada **Aderlânia Noronha** (SD)



Nas visitas que fazia à ONG Lar Amigos de Jesus, sempre via meninas brincando com cabelos imaginários, que, na verdade, eram lenços”

Marília Karen, idealizadora e coordenadora do projeto “Um pedacinho de Amor não dói”.



FOTO CELSO OLIVEIRA

Adrízia Andrade, peruqueira



FOTO DÁRIO GABRIEL

SERVIÇO

Quem quiser saber mais sobre os projetos pode procurar pelo Instagram das representantes das ONGs “Um pedacinho de Amor não dói” (@_naodoi) e Instituto Amor em Mechas no Cariri (@madrinhaoficialiamcariri).

CONHECIMENTO DEMOCRATIZADO

Se antes as bibliotecas eram vistas de modo isolado da sociedade, voltadas exclusivamente para intelectuais, religiosos e pessoas de cargos elevados, hoje se tornaram espaços de desenvolvimento pessoal e social

As bibliotecas deviam ser declaradas da família dos aeroportos, porque são lugares de partir e de chegar

(Valter Hugo Mãe. Contos de cães e maus lobos, 2015)

Texto: Rita Freire | rita.freire@al.ce.gov.br **Fotos:** Celso Oliveira

Conhecimento, interação, imaginação. Essa tríade define muito bem estes espaços únicos, criado há milênios pelo homem: as bibliotecas. Das colunas da antiga Alexandria, no Egito, passando pelos mosteiros da Europa medieval até os climatizados espaços de hoje, elas foram se modificando ao longo dos séculos, sempre tendo o aperfeiçoamento do conhecimento humano como alvo maior.

Uma das mais importantes mudanças foi o surgimento das bibliotecas públicas mantidas por governos Federal, estaduais ou municipais. O objetivo, claro, era fornecer, de modo equitativo, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e à informação

por meio de diversos recursos e suportes gratuitos. Infelizmente, algumas vezes, tudo isso não chegava a todos. E novamente esses espaços se reinventam com o surgimento das bibliotecas comunitárias, que surgem para quebrar os preconceitos e fazer valer a ideia de que arte, cultura e educação são direitos que devem ser compartilhados com o maior número de pessoas.

As bibliotecas comunitárias são idealizadas e efetivadas por agentes individuais ou coletivos, em sua maioria cidadãos comuns, com ou sem instrução formal, com ou sem apoio governamental ou de ordem privada. Surgem geralmente nas periferias das grandes cidades brasileiras, em função da dificuldade de acesso aos bens culturais e da ausência do Estado.



São espaços de resistência cultural, com produção, troca e registro de conhecimentos, gerando, a partir daí, uma memória social e valorização da cultura local. Tal papel é evidenciado na transformação de vidas de jovens em situação vulnerável, nas crianças que se alfabetizam na biblioteca, nas mães e avós que retomam o hábito da leitura, entre tantos outros benefícios.

Espalhadas em vários bairros da periferia de Fortaleza, 12 bibliotecas comunitárias estão articuladas em uma campanha nas redes sociais, com um objetivo comum: a implementação de políticas públicas para a manutenção desses espaços culturais de iniciativa popular. Fazem parte do Movimento Biblioteca Urgente, a Adianto, na Barra do Ceará; Okupação, no Antônio Bezerra; Viva, no Barroso; Livro Livre, no Curió; Filó, no Conjunto Santa Filomena; Bate Palmas, no Conjunto Palmeiras; Papoco de Ideias, no Pici; Quintal Cultural, no Bom Jardim; Espaço de Leitura GDFAM, no Planalto Pici; Viva a Palavra, na Serrinha; Casa Futuro, no Coaçu, e Periferia Que Lê, na Granja Lisboa.



“

Há uma grande rachadura nos investimentos em cultura nas periferias”

Wesley Farpa, coordenador da Biblioteca Adianto



NAS PRÓPRIAS CASAS

Muitas funcionam nas casas dos mediadores, outras dependem de aluguéis. As despesas com água, luz, internet e preservação dos espaços se tornaram desafios ainda mais severos desde o início da pandemia de Covid-19. Por meio do perfil no Instagram @bibliotecanazaria, representantes desses equipamentos reivindicam ações urgentes que deem conta de financiar as atividades e garantir a existência dos espaços.

A principal demanda do Movimento Biblioteca Urgente é a inclusão de fomento para bibliotecas comunitárias no Plano Plurianual de Fortaleza (PPA). Instrumento estabelecido pela Constituição Federal de 1988, o PPA é o planejamento que determina, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas de capital e as relativas aos programas de duração continuada.

“Assim, a gente garantiria pelo menos quatro anos de recursos nesse desenho estratégico para as 12 bibliotecas ou para mais. Temos necessidade de recursos de forma contínua e permanente”, destaca o poeta e educador social Baticum Proletário, coordenador da Biblioteca Comunitária Okupação. Desde 2017, a Okupação, localizada na rua Padre José Arteiro, mais conhecida como rua do Amor, atua na promoção de acesso aos livros e à cultura.

Por meio do perfil no Instagram @bibliotecanazaria, representantes desses equipamentos reivindicam ações urgentes que deem conta de financiar as atividades e garantir a existência dos espaços.



O equipamento conta também com um ponto de leitura chamado Geladeiroteca e realiza o Sarau Okupação. Segundo Baticum, as bibliotecas são expressões das necessidades das comunidades, e “como a gente presta um serviço à cidade, considera que isso tem que ser um compromisso da sociedade de forma geral. Ela precisa se responsabilizar e ajudar a manter esses espaços funcionando”. Ele acrescenta que, “a importância desse apoio é dar visibilidade e valorizar os espaços e atividades das bibliotecas, o papel que a gente está cumprindo e que deveria ser da prefeitura e do Governo do Estado.”

“Nos últimos anos, as bibliotecas têm ganhado destaque, e nosso número vem aumentando, o que evidencia o desejo que muitas pessoas têm de políticas públicas relacionadas à leitura e à aceitação em relação às bibliotecas”, diz Raphael Montag, um dos idealizadores da Biblioteca Viva, em atividade no Barroso há cinco anos. Enquanto a demanda não é atendida, os representantes se fortalecem em parcerias que já existem afetivamente há algum tempo.

Nessa rede de atuação, a Biblioteca Adianto abastece a Barra do Ceará com cultura. Criada por Valdecila Freitas, na própria residência, entre 2018 e 2019, a Adianto hoje é coordenada por seu filho, Wesley Farpa. “Há uma grande rachadura nos investimentos em cultura nas periferias. Sempre foram muito centrados nos equipamentos oficiais, mas as bibliotecas de iniciativa popular têm que ser vistas.”

A cidadania está diretamente ligada à maneira como “lemos” o mundo ao redor. Infelizmente, na chamada sociedade da informação, ainda existem muitas pessoas desinformadas. Isso acontece não pela falta de vontade desses indivíduos em fazer parte do processo, mas porque se veem privados do direito de participação e acesso a um ensino de qualidade. Pagar internet, comprar livros e revistas muitas vezes ultrapassa o poder aquisitivo de grande parcela da população. Essa situação é, muitas vezes, a semente para o nascimento das bibliotecas comunitárias.



BIBLIOTECAS E DEMOCRACIA

De acordo com dados históricos, a biblioteca mais antiga que se tem notícia é a de Alexandria. Ela reunia a maior coleção de manuscritos do mundo antigo, com cerca de 500.000 volumes. Foi fundada por Ptolomeu I Sóter, rei do Egito, e os eruditos encarregados dela eram considerados os homens mais “capazes” na época, como Zenódoto de Éfeso e o poeta Calímaco, que fez o primeiro catálogo geral dos livros.

Anos depois, os romanos mais ricos começaram a criar bibliotecas particulares com obras gregas e latinas. A crescente procura por essas obras deu origem às livrarias e ao surgimento de bibliotecas públicas em Roma, próximo ao século II da nossa era. Cada uma possuía uma sala denominada scriptorium, oficina onde os monges realizavam cópias manuscritas de obras clássicas e religiosas. Apesar de sua importância, as bibliotecas antigas e medievais eram lugares contrários à ideia de estado laico e de democracia.

De acordo com dados históricos, a biblioteca mais antiga que se tem notícia é a de Alexandria. Ela reunia a maior coleção de manuscritos do mundo antigo, com cerca de 500.000 volumes.

COM A PALAVRA



“As bibliotecas encurtam a distância entre o livro e o leitor. Despertam o interesse dos jovens pela leitura. Levam informação e entretenimento, contribuindo para a disseminação e circulação do conhecimento. Produzem a percepção e a consciência de que o acesso ao conhecimento pode modificar a realidade nas comunidades.”

Deputado **Bruno Pedrosa** (PP)



“As bibliotecas expandem o ambiente escolar para além das salas de aulas. São espaços que produzem atividades dinâmicas e interativas envolvendo toda a comunidade para a valorização da literatura e do conhecimento. Por meio da leitura, da escrita e de ações educativas e lúdicas produzidas nestes espaços, a cultura regional de um povo pode se manifestar, se propagar e se eternizar.”

Deputado **Agenor Neto** (MDB)

AMADA E ODIADA

Uso da urna eletrônica no Brasil completa 25 anos em 2021. Já são 13 eleições utilizando a tecnologia sem qualquer comprovação de ato ilícito. Isso, entretanto, não evitou que segmentos da população insistam numa volta ao passado

Texto: Narla Lopes | narla.lopes@al.ce.gov.br



As gerações que tiveram a oportunidade de votar, pela primeira vez, em uma urna eletrônica e veem hoje o resultado da eleição ser anunciado poucas horas depois de encerrado o pleito podem ter dificuldade para dimensionar quanto o atual processo de escrutínio contrasta com a época anterior, com histórico de fraudes envolvendo a votação, o transporte das urnas e a apuração do pleito.

O primeiro protótipo da urna eletrônica, implantada a partir de 1996, foi desenvolvido com o que havia de mais avançado à época, para garantir a segurança da votação. Mas até chegarmos lá foi uma longa trajetória de debates, estudos e testes (ver box), necessários até hoje para garantir que a votação ocorra de forma segura, transparente e eficiente.

O equipamento possui mais de 30 camadas de segurança, protegendo os sistemas contra fraudes, e um hardware criptográfico que só permite a execução de softwares desenvolvidos exclusivamente pela Justiça Eleitoral, incluindo o sistema operacional.

“Ela também não é conectada à internet. Todo o processo de transmissão dos votos é feito dentro de uma rede privada da Justiça Eleitoral, o que impossibilita o ataque de hackers”, assegura a secretária de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-CE), Lorena Belo.

Além disso, todo ano, a Justiça Eleitoral convoca entidades, como os partidos políticos, a OAB, o Ministério Público Eleitoral (MPE), universidades e especialistas em segurança digital para comprovar a segurança do voto em testes públicos, informa Lorena. “O que garante auditabilidade em todas as suas etapas: na contratação pelo TSE, através de licitação, da empresa que vai fabricar o hardware; na preparação das urnas, em que é possível verificar a originalidade dos certificados de segurança do software que fará o registro dos votos dos eleitores. Ela também é auditável, no momento da votação, através das chamadas eleições simuladas.”

O TSE separa aleatoriamente, por meio de sorteio, acompanhado pelos fiscais dos partidos, algumas urnas que são retiradas das seções eleitorais e imediatamente substituídas por outras, antes de iniciar a votação. Os dispositivos sorteados, os

quais ninguém sabia que seriam auditados, são submetidos – em local público e sob a fiscalização de partidos, entidades e qualquer cidadão interessado – a uma votação simulada, paralela à oficial. A ideia é verificar se essas urnas são confiáveis e se os votos dados, de fato, estavam sendo garantidos de forma idônea e sem qualquer alteração.

CONQUISTAS

“Hoje é possível garantir à população o fiel resultado da vontade popular”, destaca o advogado e presidente da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil no Ceará (OAB-CE), Fernandes Neto, acrescentando que a urna eletrônica foi um processo de maturidade da democracia brasileira e uma grande conquista da sociedade.

Ele lembra que as eleições digitais resolveram um outro problema, a judicialização dos resultados. “Nos 25 anos de experiência com as urnas eletrônicas, nunca houve nenhum questionamento a respeito da legalidade das eleições. O que surgem são especulações, mas nada que tenha sido comprovado. Por isso, só temos a comemorar o voto digital, e qualquer tentativa de retorno ao passado seria um grande retrocesso”, observa.

COM A PALAVRA



“O atual processo eletrônico de votação adotado no Brasil é seguro, auditável e transparente. A urna eletrônica não é conectada a nenhuma rede, e a apuração é realizada sem qualquer intervenção humana. Por isso, acredito que o retorno ao voto impresso pode tumultuar o processo democrático do País com fraudes, coações e manipulações das eleições.”

Deputado **Júlio César Filho** (Cidadania)

VOTO IMPRESSO: FAVOR OU CONTRA

Mas, como unanimidade no País é algo impensável nos dias de hoje, apesar de muitos comemorarem a sua criação, a urna eletrônica também é alvo de críticas e acusações por parte do eleitorado, incluindo o presidente Jair Bolsonaro, que saiu em defesa do voto impresso, alegando terem ocorrido fraudes nas eleições de 2018, mesmo admitindo não ter provas. Como “solução”, tentou aprovar a proposta de emenda constitucional (PEC) 135/19, que obriga a impressão de votos em eleições. Entretanto, em agosto último, a PEC foi rejeitada pelo Congresso Nacional.

O presidente do Círculo Monárquico do Ceará, Juvenal Arruda Furtado, explica por que é favorável ao voto impresso. “O processo eleitoral deve ser auditado do início ao fim, ou seja, até a contagem pública dos votos. Do contrário, qualquer que seja a eleição, federal, estadual ou municipal, ficará sob suspeita, e a tão festejada ‘democracia’ será definitivamente sepultada”, pontua.

Na opinião da professora Raquel Machado, do Departamento de Direito Público da Universidade Federal do Ceará (UFC-CE), discutir a aprovação do voto impresso vai na contramão do mundo, que caminha para uma digitalização das relações sociais. “O papel físico aparentemente traz segurança material, mas é só aparência, porque são pessoas que participam da contagem, e o ser humano é muito mais falho que uma máquina, que pode ser programada, em larga escala, para evitar erros”, defende.

COM A PALAVRA



“Somos favoráveis à melhoria permanente da segurança da tecnologia. Mas, faltando pouco mais de um ano para as eleições, Bolsonaro e seus apoiadores sequestraram o debate da auditoria do voto, somente para disseminar medo e a desinformação e, mais à frente, deslegitimar os eleitos.”

Deputado **Renato Roseno** (Pso)



“Com a votação pela urna eletrônica, passamos a ter o resultado da eleição no mesmo dia, sem a necessidade de peregrinação nas sessões para acompanhar a apuração. Hoje temos um sistema de votação extremamente confiável e sem possibilidade de fraudes, por meio de urnas que são perfeitamente auditáveis.”

Deputado **Heitor Férrer** (SD)



CELSO OLIVEIRA

25 ANOS

Em mais de duas décadas de existência, o equipamento já passou por mudanças. Em 1996, os números para digitar eram em baixo-relevo. Mas a falta de prática do eleitor, que colocava muita força ao digitar, fazia a urna escorregar para o final da mesa e até cair. Por isso, em 1998, foi realizada a troca da membrana para as teclas tradicionais.

Algumas das mudanças não são visíveis. Estão na segurança do programa que vai dentro da urna. Em 2003, por exemplo, foi criado o Registro Digital do Voto (RDV). Em resumo, toda vez que o eleitor aperta confirma, as informações são embaralhadas (para impedir a identificação de quem votou) e armazenadas – criptografadas e assinadas digitalmente, para recontagem eletrônica a qualquer tempo.

O ano de 2008 marcou o início da adoção da biometria no processo eleitoral brasileiro. Em 2020, os eleitores com deficiência visual passaram a ouvir o nome do candidato após digitar o número correspondente. Além disso, para evitar alegações de que a urna não exibe a foto correspondente ao número digitado, o mesário passou a acompanhar, da sua mesa, o cargo que está em votação, para imediatamente orientar o eleitor.



O papel físico aparentemente traz segurança material, mas é só aparência, porque são pessoas que participam da contagem, e o ser humano é muito mais falho que uma máquina, que pode ser programada, em larga escala, para evitar erros”

Raquel Machado, professora do Departamento de Direito Público da Universidade Federal do Ceará (UFC-CE)



Em 2021, o código-fonte das urnas eletrônicas será aberto aos partidos políticos a partir de 1º de outubro, um ano antes das eleições. O procedimento é realizado com seis meses de antecedência ao pleito, mas foi antecipado. A novidade faz parte de uma série de medidas voltadas à transparência do voto eletrônico anunciadas pelo TSE.

Em suma: a urna eletrônica tem um conjunto de mecanismos de segurança que vêm sendo aprimorados a cada eleição, sem, no entanto, perder a essência da simplicidade de uso e padronização para ser utilizada em qualquer lugar do País.



CELSO OLIVEIRA

“

Vivi a implantação da urna eletrônica há 25 anos. Naquela época, uma novidade eletrônica que foi muito elogiada e bem recebida. Porém a tecnologia melhorou, mas as máquinas continuam as mesmas. Não houve evolução, e isso nos deixa preocupados. Por isso, acredito que as urnas são ótimas, mas podem melhorar.”

Márcia Cavalcanti de Albuquerque

HISTÓRIA DAS URNAS

Antes de 1996, o voto era registrado em cédulas de papel, depositadas em urnas e depois contadas voto a voto, manualmente, por uma multidão de servidores, fiscais e voluntários, um trabalho que durava dias, às vezes semanas, e gerava alguns problemas.

Havia casos de cédulas em branco que eram preenchidas disfarçadamente em favor de determinado candidato, números ilegíveis interpretados de acordo com a intenção de quem fazia a leitura, urnas que desapareciam ou chegavam com o lacre violado, entre outras situações e manipulações grosseiras, que terminavam, muitas vezes, em pedidos de recontagem de voto e até anulação de eleições, como ocorreu no Rio de Janeiro em 1994.

Foram episódios como esses que levaram o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), responsável pela organização das votações no Brasil, a informatizar o voto e criar um aparelho capaz de afastar a mão humana dos procedimentos de apuração e de totalização dos resultados, garantindo que a vontade do povo fosse efetivamente respeitada.

Após meses de trabalho e muito planejamento, um grupo técnico formado por cerca de 40 juristas, militares, juízes e técnicos em informática desenvolveu o protótipo da urna, em 1995, com tecnologia 100% brasileira.

A estreia foi no ano seguinte, nas eleições de 1996, quando um terço dos eleitores registrou o voto pela primeira vez na “máquina de votar” e, em definitivo, nas eleições de 2000, deixando para trás o sistema manual. Na época, comemorou-se tanto a agilidade na divulgação do resultado quanto o fim das fraudes de longa data.

“As urnas eletrônicas ajudaram a superar os ciclos da vida brasileira que vêm, pelo menos, desde a República Velha, com as eleições a bico de pena, em que se fraudava o resultado no lançamento nos mapas até as urnas, que apareciam engravidadas com cédulas que não haviam sido ali depositadas pelos próprios eleitores”, lembrou o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Luís Roberto Barroso, em declaração comemorativa ao aniversário de 25 anos do equipamento.

A SEGURANÇA DAS URNAS

Off-line

A urna eletrônica não está conectada à internet ou a nenhuma outra rede, o que impossibilita a invasão por hackers

Lacres

É lacrada de modo a impedir a inserção de algum dispositivo estranho, como pendrive.

Testes públicos de segurança

Especialistas em computação são chamados para tentar fraudar a urna eletrônica. As brechas eventualmente descobertas são corrigidas pela Justiça Eleitoral.

Biometria

Os eleitores são identificados por meio da impressão digital, o que impede que uma pessoa vote no lugar de outra ou fora de sua seção eleitoral.

Criptografia

Os votos dados pelos eleitores na urna eletrônica são embaralhados pelo sistema, de modo a impedir que se identifique como cada pessoa votou.

Comprovantes

Antes de iniciar a votação, cada urna emite um documento, a “zerésima”, que atesta que ela ainda não guarda nenhum voto. Ao fim da votação, emite outro documento, o boletim de urna, que apresenta a apuração dos votos daquela seção eleitoral. Uma cópia do boletim é fixada na porta de cada seção e pode ser conferido pelos partidos políticos e por qualquer cidadão.

FONTE: JUSTIÇA ELEITORAL



JOSE LEONAR

“

A contagem manual aumentaria a instabilidade e a insegurança. Entretanto, sou a favor da criação de um comitê composto por órgãos e especialidades profissionais distintas para efetuar auditorias externas, inclusive com o auxílio de instituição estrangeira. Assim teremos mais segurança, mais transparência e mais respeito ao resultado das urnas, trazendo a tão buscada pacificação social.”

Roberto Victor Ribeiro, Presidente da Academia Cearense de Direito.

A UNIÃO FAZ A FORÇA

Cada vez mais presente nos ambientes corporativos e governamentais, a responsabilidade social é um compromisso de combate às desigualdades sociais e preservação do meio ambiente, com foco nos dias atuais, mas com o pensamento no futuro das próximas gerações

Texto: Rita Freire | rita.freire@al.ce.gov.br

O cenário instável e imprevisível que o País atravessa, caracterizado pelo agravamento da crise econômica, social e ambiental, ficou ainda mais evidente com a pandemia da Covid-19. Os desafios são muitos, exigindo posicionamentos e ações para enfrentar e reverter essa situação. Pensando nisso, o presidente da Casa, deputado Evandro Leitão (PDT), e a primeira-dama do Legislativo, Cristiane Leitão, criaram, em junho de 2021, o Núcleo de Responsabilidade Social (NRS) da Assembleia Legislativa. O objetivo é atuar como instrumento de redução dos impactos negativos no meio ambiente e com ações sociais na comunidade ao seu entorno.

“Queremos mostrar para a sociedade que esta Casa do Povo está disposta a incentivar e promover a sustentabilidade ambiental, dos ecossistemas, mas também promover o respeito entre as pessoas”, assegura o presidente. O parlamentar afirma que o núcleo vai identificar, executar e monitorar atividades, apresentando assim um novo caminho para a construção de uma sociedade mais justa, um meio ambiente mais limpo, privilegiando, fortalecendo o bem-estar e o senso de pertencimento dos servidores e também da população ao redor da Casa.

A primeira-dama acrescenta que já há setores da Assembleia que desenvolvem ações sociais, como o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar, o Departamento de Saúde e Assistência Social, entre outros. “O NRS surgiu para incorporar o conceito de responsabilidade com o outro, levando aos servidores ainda mais senso de pertencimento à instituição, visto que eles se sentirão parte de algo maior, gerando significado para as atividades que realizam e para a comunidade”, diz Cristiane.



BR.FREEPIK.COM/PCH.VECTOR



JUNIOR PIO

Presidente Evandro Leitão e primeira-dama, Cristiane Leitão, assinam Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU)

EMPREENDEDORISMO SOCIAL

O encontro com lideranças comunitárias do entorno da Casa, uma das primeiras atividades do núcleo, avaliou projetos em desenvolvimento e as demandas das comunidades. A coordenadora do NRS, Luana Brasileiro, destaca que o contato com as lideranças comunitárias foi fundamental para elaborar uma planilha de oficinas e cursos que contemplassem as carências dessa população. “Durante muito tempo, a população tinha que ir à Assembleia para ter acesso aos serviços sociais, agora nós fazemos o caminho inverso, levando essa assistência à comunidade diretamente”, destacou.

Para o representante comunitário do bairro Pio XII, Herivelto da Silva Teixeira, a oportunidade de participar desse momento foi de extremo valor. “Foi a primeira vez que tivemos esse acesso direto com a Assembleia, uma porta aberta para apresentarmos as nossas demandas”, conta. Ele reforça ainda que trazer as lideranças comunitárias para conhecer a estrutura do núcleo demonstra o esforço do Poder Legislativo do Estado em expandir o olhar para o seu entorno.



Queremos mostrar para a sociedade que esta Casa do Povo está disposta a incentivar e promover a sustentabilidade ambiental, dos ecossistemas, mas também promover o respeito entre as pessoas”

Deputado Evandro Leitão (PDT), presidente da Casa

Temas como emprego e geração de renda foram apontados como prioridades entre os moradores da comunidade. Por isso, foram realizados encontros com representantes da Universidade de Fortaleza (Unifor), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece) e do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), com o propósito de realizar um projeto de empreendedorismo para viabilizar a inclusão da população ao mercado de trabalho. De início, serão beneficiadas as comunidades do Lagamar, Pio XII e Trilho. No entanto a intenção é expandir a ação para contemplar outras comunidades da capital.

COM A PALAVRA



“Ao criar o Núcleo de Responsabilidade Social, a Assembleia Legislativa mostra um lado que muitos desconheciam. Com o implemento de diversas ações como campanhas de combate à fome, serviço de saúde para servidores e moradores do entorno, acessibilidade, equidade de gênero e ações ambientais, o Legislativo estadual está cuidando do presente e das gerações futuras.”

Deputado **Elmano Freitas** (PT)



FOTOS LEOMAR



Entrega de cestas básicas para a comunidade Pio XII, pelo Núcleo de Responsabilidade Social da AL



BR.FREEPIK.COM/PCHVECTOR

MEIO AMBIENTE E CIDADANIA

A questão socioambiental também é um compromisso do núcleo. Em setembro, os moradores da comunidade Pio XII participaram de uma oficina de capacitações relacionadas ao assunto, cujos temas abordados foram “Resíduos, Educação Ambiental e Cidadania” e “Descobrimo os Direitos Humanos”. A atividade foi realizada em parceria com outros órgãos da AL, como a Célula de Sustentabilidade Ambiental da Assembleia na Administração Pública (A3P) e o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA).

Os engenheiros ambientais Carla Morgana Ferreira e Yuri Passos Santos, da A3P, compartilharam com os moradores os caminhos para a gestão de resíduos sólidos, abordando a importância da ação, tanto pessoal quanto coletiva, para a preservação ambiental e explicando sobre os impactos da destruição do meio ambiente.



“

Durante muito tempo, a população tinha que ir à Assembleia para ter acesso aos serviços sociais, agora nós fazemos o caminho inverso”

Luana Brasileiro, coordenadora do NRS

Já os advogados Miguel Rodrigues e Péricles Moreira, do Escritório Frei Tito, informaram aos moradores sobre os direitos humanos e suas aplicações para o dia a dia da comunidade, explicando sobre os tipos de violações e violências. Também esclareceram sobre os órgãos públicos que podem acolher demandas e atender casos de desrespeito a esses direitos.

Entre os projetos ambientais discutidos pelo NRS está a criação de uma Certificação de Resíduos Sólidos para Empresas Cearenses. A proposta foi apresentada ao deputado Bruno Pedrosa (Progressistas), pelo professor e diretor da Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle de Serviços Públicos de Saneamento Ambiental de Fortaleza (ACFor), Albert Gradwohl, especialista na área de resíduos sólidos. Segundo ele, a criação da certificação colocaria o Ceará como o primeiro estado do Brasil adequado a essa nova realidade mundial.

COM A PALAVRA



“O Poder Legislativo tem sido, nos últimos meses, como um abraço maternal e que exala calor afetivo ao povo cearense. Mais do que nunca, com a instalação do NRS, a Casa traz para junto de si não só a função constitucional de legislar e fiscalizar, mas de ter olhares e ações para a comunidade do entorno. O NRS vê, enxerga e age com a razão maior de combater as desigualdades sociais.”

Deputado **Fernando Hugo** (Progressistas)



Reuniao do Núcleo responsabilidade social com liderancas locais

DARIO GABRIEL



BR.FREEPIK.COM/PCH.VECTOR

SAÚDE E SEGURANÇA ALIMENTAR

Por ser uma multiprofissional com formação em quatro áreas (fonoaudiologia, gestão em saúde, gestão integrada e mediação de práticas sistêmicas restaurativas, com reconhecida atuação), a primeira-dama do Legislativo, Cristiane Leitão, tem uma preocupação especial com o autocuidado físico e mental, prevenção da Covid-19, aleitamento materno e alimentação saudável. Essas são pautas frequentes nas rodas de conversa e orientações promovidas pelo núcleo.

Cristiane acrescenta que o núcleo também visa garantir o direito a todo ser humano de se alimentar corretamente. Isso significa que todas as pessoas (independentemente de etnia, religião ou sexo) podem ter acesso a alimentos nutritivos de forma segura. “Uma pessoa com desnutrição e fome está em situação de insegurança alimentar”, afirma. Atento a essa questão, o núcleo acredita que a distribuição de cestas básicas também faz parte das atividades no sentido de garantir o combate à fome e à miséria, doando, em agosto, 100 cestas para as famílias da comunidade.

SERVIÇO

O Núcleo de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Ceará funciona no 2º andar, sala 101, no anexo III, Edifício Deputado Francisco das Chagas Albuquerque, na avenida Pontes Vieira, nº 2348, bairro Dionísio Torres.

Telefone: (85) 3277-6516

E-mail: nucleoderesponsabilidadesocial@al.ce.gov.br

PACTO PELA ONU

O primeiro ato do Núcleo de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa foi a solicitação de adesão ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Lançado em 2000, pelo então secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, o Pacto Global é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, contemplando mais de 16 mil membros, entre empresas e organizações, distribuídos em 69 redes locais, que abrangem 160 países. São 17 pontos interconectados que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo. Busca acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que a população, em todos os lugares, possa desfrutar de paz e de prosperidade. O presidente da Casa, deputado Evandro Leitão (PDT), participou da assinatura de adesão ao pacto e ressaltou que a Casa Parlamentar, “além de legislar e fiscalizar, possui um papel social focado nas pessoas, através da sustentabilidade ambiental e da promoção da qualidade de vida”.

90 ANOS DE GLAMOUR

O clube, que nasceu numa chácara no bairro Damas e ganhou ainda mais destaque a partir da inauguração de sua sede praiana, testemunha 90 anos de charme e elegância na cidade

Texto: Ana Lúcia Machado | ana.araujo@al.ce.gov.br **Fotos:** Bia Medeiros





Mais do que muito frequentado, o Ideal Clube é amado. Segundo a unanimidade dos sócios, é um lugar raro, que tem alma, encanta e que, pela proximidade cultivada desde criança, leva os frequentadores a amizades, namoros e até casamentos. “Mais de uma centena deles”, como avalia o atual presidente, Amarílio Cavalcante, que não raro vê alguns desses casais ainda “namorando” nas dependências do clube.

Com uma estrutura que reúne parque aquático, salões, salão nobre, pinacoteca, piano-bar e um restaurante considerado um dos três melhores do Estado, o Ideal acolheu, nas últimas nove décadas, de jantares presidenciáveis aos momentos mais memoráveis da sociedade local.

Conta a história oficial do clube que Luiz Gonzaga Flávio da Silva construiu um refúgio de lazer para a família, que ficava bem longe do centro de Fortaleza, às margens da estrada de Parangaba. Um espaço tão agradável que os amigos, frequentadores do lugar, decidiram fazer dali um clube social. A ideia avançou e Luiz Gonzaga acabou vendendo a chácara, à prestação, para um grupo de 12 amigos.

Surgia a história do Ideal Clube.

Com foco, união e esforço, o espaço passou por uma reforma total e, a 3 de outubro de 1931, foi inaugurado, com um baile que marcou a história social da cidade. O sucesso foi imediato. A cidade parou para celebrar o novo clube que passou a ditar e sediar os maiores acontecimentos da época. Para se ter ideia do tamanho da repercussão, o sucesso alimentou até a criação de uma nova marca de cigarro, o cigarro Ideal Clube, em cuja embalagem aparecia a foto do clube no verso e anverso, fabricado por A. Beleza & Cia Ltda.

LENDAS

Nessa época, Fortaleza tinha cerca de 120 mil habitantes. O primeiro presidente do Ideal, o médico Pedro Sampaio, em discurso registrado nos anais, descreveu, poeticamente, o nascimento do clube como tendo surgido “à sombra de um telheiro rodeado de frondosos cajueiros e com a água fresca de um tanque feito de cimento”.

Mas, apesar dos “frondosos cajueiros”, foi em

“

Esse sentimento vem passando de geração a geração. E vai continuar, porque temos, nas nossas escolinhas esportivas, cerca de 500 filhos e netos de sócios, que convivem aqui, se conhecem aqui. E essa relação ajuda a manter o amor pelo Ideal vivo. Afinal, só se ama o que se conhece”

Amarílio Cavalcante, presidente do Ideal Clube

COM A PALAVRA



“É muito importante termos um clube que ajuda a contar a nossa história e que esteja com seu patrimônio tão preservado até hoje. Aliás, sempre fui e sempre serei favorável à preservação do nosso patrimônio, e o Ideal é um exemplo de como fazer isso corretamente”.

Deputado **Diego Barreto** (PTB)



“O Ideal Clube é uma das mais importantes instituições cearenses. Fundado em 1931, este ano ele completa 90 anos de uma história que já se confunde com a de nossa Fortaleza. São décadas marcadas por uma trajetória de sucesso, em que gerações e gerações tiveram e têm suas vidas marcadas pelo emblemático Ideal Clube de Fortaleza, fazendo dali sua segunda casa. Vida Longa ao Ideal Clube de Fortaleza e a tudo que ele representa para a população fortalezense!”

Deputado **Manoel Duca** (PDT)

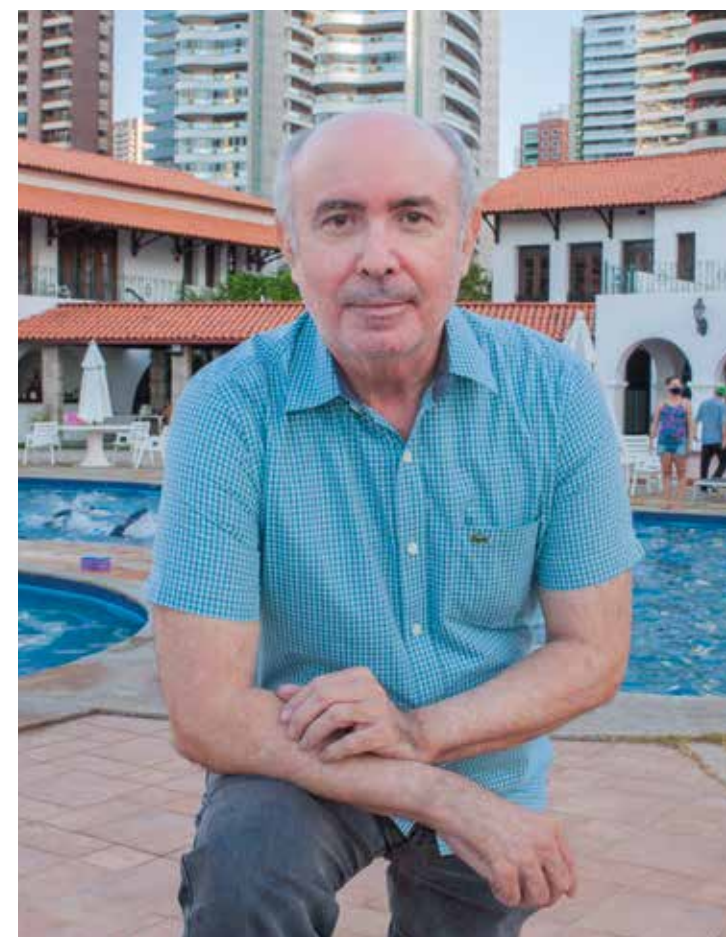


FOTO CELSO OLIVEIRA



torno do tanque de cimento que se criou uma série de lendas. Diziam que, em outros tempos, Iracema, a mais famosa personagem de José de Alencar, gostava de descansar debaixo daqueles cajueiros quando voltava do seu banho matinal na lagoa de Parangaba. Também garantiam que o tanque era encantado, uma espécie de fonte da juventude. Fato é que quem tomava banho no tanque dizia que saía revigorado, propagando que se sentia rejuvenescido e usando expressões como “Isto é maravilhoso. É uma delícia. É o ideal!”. O nome pegou e ficou.

SEDE PRAIANA

Embora a sede do bairro Damas continuasse funcionando, o clube decidiu ter, em 1932, uma sede praiana. Optou por instalar-se na rua Tabajaras, nº 505, que passou a ser chamada de Filial da Praia. Ficou assim até 1935, quando escolheram o endereço definitivo do clube, na avenida Monsenhor Tabosa nº 1381, Praia de Iracema, em prédio projetado pelo arquiteto Sylvio Jaguaribe Ekman. A inauguração aconteceu no dia 31 de dezembro de 1939, marcada

por um grande baile de réveillon.

Nos anos 1950, Fortaleza já tinha 300 mil habitantes e uma vida social intensa. As famílias elegantes se reuniam em festas cheias de glamour. Eram tempos dos concursos de beleza, e o Ideal sempre sediou os mais importantes, inclusive a escolha da Miss Ceará.

Conhecido como o clube que está sempre à disposição dos sócios, já virou folclore o episódio em que, em plena II Guerra Mundial, com os aviões sobrevoando o litoral brasileiro, os sócios desafiaram o perigo e fizeram um réveillon à luz de lamparinas, para não chamar a atenção da artilharia aérea inimiga.

Há 90 anos cenário das mais importantes festas e reuniões sociais, o clube é, até hoje, símbolo de elegância e charme, adaptando-se aos novos conceitos de gestão e abrindo suas portas para eventos como a XI Reunião da Cúpula do Mercosul, em 1996, e a tradicional festa de entrega do Troféu Sereia de Ouro, que o clube sedia desde 1971, por insistência do próprio Edson Queiroz, outro ‘idealino’ apaixonado pelo clube e que nomina um dos seus salões.

SÓCIOS APAIXONADOS

Na página do clube na internet é possível conhecer histórias saborosas, produzidas justamente com a participação de sócios ilustres, como a contada por Osler Machado, que garante ser um “idealino raiz” e já ter mostrado, como prova, aos mais curiosos, a foto dele com a babá, passeando pelo clube, aos dois meses de idade.

Já o engenheiro Carlito Pamplona, cujo pai é nome de bairro na cidade e ele próprio uma figura conhecida da sociedade local e que fundou a primeira escola de samba do estado, a Ispaia Brasa, conta que o envolvimento com o clube é enorme, a ponto de manter uma curiosa tradição: há mais de quatro décadas tem uma mesa onde, todo sábado, ao meio-dia, reúne-se com amigos, num encontro sem hora para acabar. E não faz segredo sobre a sua relação de amor com o clube: “Tenho três paixões: o Fortaleza, o Fluminense e o Ideal Clube”.

“É difícil explicar a energia que a gente encontra aqui. É um lugar onde as pessoas querem ficar e para onde querem voltar, e o amor e a dedicação que temos pelo clube tornarão isso possível”, garante o presidente, Amarílio Calvante, ele que é mais um “idealino” apaixonado. Ou “raiz”, como eles costumam se tratar.

OS DOZE FUNDADORES

Segundo a história oficial do clube, o Ideal teve, como fundadores, além de Pedro Sampaio, Antônio da Frota Gentil, Clóvis de Alencar Matos, João da Frota Gentil, Joaquim Markan Ferreira Gomes, José Meneleu de Pontes Filho, Luiz Gonzaga Flávio da Silva, Maximiniano Leite Barbosa Filho, Meton Alencar Gadelha, Mirtill Meyer, Otávio Mescal da Frota e Raul Conrado Cabral, todos integrantes de famílias que há várias gerações ocupavam posições de relevância na cidade.

BIA MEDEIROS



SOB A LUZ DO LUAR

Projeto cearense que desenvolve políticas públicas para 832 pescadores e pescadoras artesanais da microrregião do Sertão de Crateús e Inhamuns foi considerado uma das dez soluções inovadoras brasileiras de 2020

Texto: Jackelyne Sampaio | jackeline@al.ce.gov.br | Fotos: Máximo Moura

A rotina de trabalho começa cedo, antes do sol nascer. Às 4h30 da manhã, os pescadores surgem empurrando seus barcos em direção à água, vindos de trilhas escuras em meio ao mato, após caminharem centenas de metros, um ritual diário de homens e mulheres que moram na comunidade ribeirinha. A regra é fazer silêncio para não afugentar os peixes, por isso o barco é movido a remo até chegar ao ponto onde, no dia anterior, foi deixado o galão (rede tradicional de pesca artesanal).

Tudo isso acontece no açude Flor do Campo, situado a 17 km do município de Novo Oriente, interior do Ceará. Um grupo de pescadores ganhou novas perspectivas ao se engajar no projeto Caminhos de Resiliência, promovido pela Cáritas Diocesana de Crateús e considerado uma das dez soluções inovadoras do Brasil em 2020.

Para a atividade, geralmente vão dois pescadores; enquanto um rema, o outro puxa a rede da

água. As tilápias presas vão sendo retiradas uma a uma e armazenadas em baldes de plástico. Depois de higienizadas e embaladas, seguem para a venda no comércio local.

O ramo apresenta resultados variáveis. Como os trabalhadores artesanais falam, nos dias bons é possível pegar até 100 animais aquáticos, mas em outros não são coletados nem dez unidades. Isso faz com que a renda obtida com a atividade seja insuficiente para sustentar a família e comprar os materiais do ofício.

Para suporte aos pescadores, surgiu, em 2017, o Caminhos de Resiliência, articulado por Adriano Leitão, coordenador de Projetos Sociais da Cáritas de Crateús. “O projeto contribui para o fortalecimento da organização social, política e econômica de pescadores e pescadoras artesanais de açudes nas regiões dos Sertões de Inhamuns e Crateús, frente aos desafios das mudanças climáticas na região”, conta.

COM A PALAVRA



“Esse projeto aposta numa saída econômica consolidada em todo o Brasil: a valorização do pequeno produtor. Para se ter uma ideia, mesmo apresentando baixo lucro e rendimento, a pesca artesanal contribui para a segurança alimentar de milhares de famílias e a erradicação da pobreza. Fico feliz quando projetos dessa natureza ajudam a mudar, de forma concreta, a vida das pessoas, principalmente as mais vulneráveis.”

Deputado **Acrísio Sena** (PT)

Em 54 meses de existência, 832 pescadores foram alcançados diretamente pelas ações do projeto e 1.600 pessoas indiretamente. A iniciativa também promoveu o reconhecimento do papel da mulher dentro do universo da pesca artesanal e a capacitação de novas lideranças. “Conseguimos organizar 14 grupos de mulheres pescadoras e, no arco de duração do projeto, foram alcançadas 401 mulheres”, ressalta Adriano Leitão.

INCENTIVO

O Caminhos de Resiliência foi reconhecido como uma das dez soluções inovadoras de 2020 que contribuem para a produção do impacto socioambiental positivo no País. A seleção foi realizada pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030) e pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), em parceria com a Agência São Paulo de Desenvolvimento (ADE Sampa).

Segundo Adriano Leitão, o Caminhos de Resiliência obteve, inicialmente, cofinanciamento da União Europeia e busca agora financiadores sensíveis à causa para garantir a continuidade das ações sistemáticas.

“Estamos finalizando o apoio financeiro com a União Europeia e seguimos construindo alternativas de sustentabilidade envolvendo outros parceiros. Destacamos aqui a caminhada junto ao Conselho Pastoral dos Pescadores – Regional Ceará (CPP) –, que continuará apoiando a nossa luta e a organização dos pescadores e das pescadoras”, explica Leitão.

Em 54 meses de existência, 832 pescadores foram alcançados diretamente pelas ações do projeto e 1.600 pessoas indiretamente. A iniciativa também promoveu o reconhecimento do papel da mulher dentro do universo da pesca artesanal e a capacitação de novas lideranças. “Conseguimos organizar 14 grupos de mulheres pescadoras e, no arco de duração do projeto, foram alcançadas 401 mulheres”, ressalta Adriano Leitão.

Já o coordenador da Colônia de Pescadores Z 58, José Ribamar do Nascimento, explica que o grupo enfrentou dificuldades para exercer a atividade na região. “Teve uma época em que o açude secou e a gente ficou sem poder pescar. Depois o açude pegou água, mas teve a questão do meio ambiente, pois os rejeitos da mineradora (Globest) poluíram o açude Flor do Campo. Por isso as pessoas ficaram com receio de comprar nosso peixe”, assinalou.

Ele ressalta ainda que muitos pescadores utilizam barcos a motor no açude, resultando num barulho que afugenta os animais aquáticos. “Isso nos prejudica e é classificado como pesca predatória”, comenta.

Para Ribamar, o Caminhos de Resiliência incentivou os pescadores a darem continuidade ao trabalho artesanal diante das dificuldades, além de fomentar a participação feminina. “O projeto proporcionou intercâmbio para os pescadores conhecerem outras áreas, trouxe cursos para as mulheres, engajando-as na pesca e auxiliando-as a se reconhecerem”, diz. Atualmente, a Colônia de Pescadores Z 58 conta com 100 associados. Somente a coordenação do grupo é composta por 14 pessoas, dez são mulheres.



O Caminhos de Resiliência desenvolve políticas públicas em favor da pesca artesanal, auxiliando os trabalhadores a se reconhecerem como sujeitos de direitos, visibilizando a organização das mulheres pescadoras e melhorando a articulação com outras regiões do Ceará e dos estados do Nordeste.”

Adriano Leitão, coordenador de Projetos Sociais da Cáritas de Crateús



RESISTÊNCIA

A pesca artesanal envolve famílias inteiras no açude Flor do Campo, macrorregião do Sertão dos Inhamuns, uma tradição repassada de pai para filho. É nesse cenário que o projeto Caminhos atua, auxiliando pescadores e pescadoras a lidarem com as dificuldades.

O pescador Etevaldo Oliveira, de 55 anos de idade, exerce a atividade desde a infância, fruto do aprendizado com seus pais. “Eles eram agricultores, mas gostavam muito de pescar no rio”. Etevaldo compartilhou o ensinamento com a esposa, Mardete Oliveira, que na época tinha 15 anos de idade.

Hoje, Mardete fala com satisfação sobre os

seus 30 anos de experiência. “Essa é a nossa vida, a pesca é o nosso sustento, todos os dias da semana nós exercemos essa atividade”. Ela ressalta ainda a contribuição do projeto Caminhos de Resiliência. “A iniciativa nos ajudou muito, na ocasião, fiz dois cursos, um para aprender a produzir filés de peixes e outro para fabricar pães”, destaca. Além disso, ela informou que foi agraciada com cestas básicas pelo projeto.

Já a pescadora Rita Alves conta que desafiou o seu pânico da água e, aos poucos, encantou-se pela atividade. Foi o marido, Antônio Francisco, também pescador, que ensinou o ofício a ela há dois anos. “Eu tinha muito medo de entrar no açude, a canoa



não podia nem mexer que me dava um pavor, mas estou superando isso”, afirma.

Rita conheceu o projeto e passou a ter coragem de se efetivar como pescadora. “Depois de assistir a uma reunião com a equipe da Cáritas de Crateús, eu me senti motivada a participar, me associar na colônia e mergulhar de cabeça na profissão”, conta. Ela comenta também que recebeu material de pesca e cestas básicas, além de participar de cursos, oficinas e intercâmbios entre os municípios. “A gente nem pensava em sair de Novo Oriente, aí tivemos a oportunidade de viajar para Fortaleza, Aracati e conhecer a praia de Canoa Quebrada, onde aprendemos com os intercâmbios e também nos divertimos”, relembra.

A pescadora Maria Aparecida Ferreira, de 37 anos de idade, exerce a atividade desde a infância, quando ia pescar com os pais e os irmãos no rio Poti. Hoje ela compartilha a tradição com o marido Antônio e a filha Sabrina, de 17 anos. “A Sabrina desenvolve bem a profissão, quando vai pescar com o pai dela, rema a canoa e coloca o galão na água”, diz.

Segundo ela, o projeto trouxe benefícios e mais visibilidade para as pescadoras. “O povo pensa que mulher não pesca, que é uma atividade masculina, mas a gente vive no clima semiárido do Sertão dos Inhamuns, um lugar sem outra fonte de renda, por isso o nosso recurso é a pesca para sustentar a família.”

COM A PALAVRA



“O cearense, quando instigado pela oportunidade, tem a capacidade de produzir grandes feitos. Esse projeto tem sido exatamente a porta de acesso às oportunidades que pescadores de açudes necessitavam. É através disso que eles estão tendo inserção em feiras sobre o assunto, fortalecendo a atividade, recebendo suporte e gerando serviço, demandas e ofertas que até então eram inexistentes.”

Deputado **João Jaime** (DEM)

A pescadora Maria Aparecida Ferreira, de 37 anos de idade, exerce a atividade desde a infância, quando ia pescar com os pais e os irmãos no rio Poti. Hoje ela compartilha a tradição com o marido Antônio e a filha Sabrina, de 17 anos. “A Sabrina desenvolve bem a profissão, quando vai pescar com o pai dela, rema a canoa e coloca o galão na água”

A partir desta edição, a Revista Plenário abre espaço para que os deputados estaduais cearenses apresentem suas ideias e opiniões sobre as principais questões do País.



Deputado
Romeu Aldigueri (PDT)

Democracia, uma construção contínua

Com respeito às centenas de milhares de famílias brasileiras enlutadas, peço licença para tratar do maior valor social construído pela humanidade: a democracia. Um sistema político por meio do qual cada homem, cada mulher tem o direito de escolher quem deve carregar consigo o peso e a honra da representatividade e da responsabilidade.

Desde que ideais iluministas separaram sistemas arcaicos de sistemas representativos modernos, trazendo em seu seio sopros de liberdade de expressão, de busca pela justiça social, pelo direito de reivindicar melhorias e até de existir, homens e mulheres se apegam à arma mais eficaz produzida pela natureza humana, que é a palavra.

Nas redes sociais, nos rádios, jornais, blogs, nos muros, nas tribunas dos parlamentos municipais, estaduais, nacionais, nas revistas, no diálogo, nos protestos respeitosos, a palavra impera. Porque a palavra é essência do diálogo. E o diálogo é a essência do respeito.

O que quer o Brasil, senão olhar para as melhores construções da humanidade e seguir um caminho longe das autocracias, mas em direção das nações mais pujantes, justas e desenvolvidas?

“

Porque a palavra é essência do diálogo. E o diálogo é a essência do respeito”

O iluminismo é o oposto do obscurantismo. Para todo movimento obscurantista em mecanismos digitais trafegando fake news haverá trilhas de auditoria, recursos de investigação e peritos da Polícia Federal a fim de evitar usurpações do devido processo legal.

Aos agentes do caos eu aviso: a urna eletrônica já é auditável e será mais uma vez o caminho tecnológico da nossa soberania. Em 2022, haverá eleição. Para os democratas! Já os autoritários, os ditadores, esses terão sérias dificuldades com a justiça estabelecida e talvez sequer consigam estar disponíveis para o julgamento popular.



Deputado
Audic Mota (PSB)

Política de Governança e Compliance

Falar de governança na administração pública significa tratar do mecanismo que a gestão tem para avaliar, direcionar e monitorar a atuação de seus agentes, com o fim de garantir que os serviços públicos sejam prestados com ética, eficiência e conforme o interesse público. Daí a necessidade de trazer a esse cenário o compliance, haja vista que são conceitos distintos, mas visam ao mesmo objetivo.

O compliance determina a conformidade das questões administrativas ao que prescrevem as normas vigentes e os direcionamentos das políticas de gestão e controles interno e externo.

Muito utilizado no setor privado, percebemos que o compliance ganha significativa importância no setor público, sobretudo porque a sociedade está atenta à eficiência dos serviços, cobrando mais transparência dos gestores e, mais que nunca, mostra-se combativa em relação às ocorrências de irregularidades, fraudes ou corrupção.

Nosso mandato propôs um projeto que visa instituir a política de governança e compliance na administração estadual, uma vez que entendemos necessária uma maior sistematização e unificação das boas práticas para a construção de uma base sólida de comportamentos e procedimentos probos no âmbito estadual.

Nossa expectativa é de que a norma seja um divisor de águas no serviço público estadual e tenha papel fundamental de regulamentar, ainda que genericamente, a atuação estatal, com integridade, competência, transparência, responsabilidade e motivação, proporcionando as melhores práticas na gestão pública.

Podemos, sim, melhorar nossas práticas, ampliar nossa capacidade de agir adequadamente e com ética e ainda prevenir desvios. Digo isso com a convicção de que esse é o desejo maior de todos os cearenses, e a Assembleia, certamente, será fiel às demandas da sociedade.

*Os artigos publicados refletem exclusivamente as opiniões dos parlamentares cearenses.

Destruição da história

Ele provavelmente é um dos mais belos e reverenciados edifícios do mundo e, ao longo dos seus quase 2.500 anos de história (hoje está com 2.453 anos), foi testemunha ocular das transformações que marcaram a humanidade. Ele, no caso, é o Parthenon, símbolo máximo do período glorioso da Grécia clássica, estando até hoje incrustado no topo da Acrópole de Atenas. Por mais de 2.100 anos manteve-se incólume ao tempo. Já foi transformado em igreja católica pelos cruza-

dos e em templo islâmico pelos otomanos, mantendo sempre a beleza única de sua inauguração, em 432 antes de Cristo. Até que, no século XVII, os turcos, que tinham dominado a Grécia, tiveram a “fantástica” ideia de transformar o local num depósito de pólvora. Em 26 de setembro de 1687, durante a guerra entre venezianos e turcos, ele foi atingido e praticamente destruído, sendo posteriormente abandonado. Somente no século XIX tiveram início campanhas para sua restauração, que duram até hoje.



ISTOCKPHOTO.COM | KENNYPHOTO

16/09/1498 Ávila / Espanha

Nesse dia de setembro do longínquo século XV, muitos devem ter agradecido aos céus pela notícia. Morria, com quase 80 anos, o frade dominicano Tomás de Torquemada, um dos mais cruéis e temidos líderes da inquisição. Indicado pelo Papa Inocêncio VIII e tendo apoio dos reis católicos Isabel e Fernando da Espanha, por mais de uma década ele perseguiu e torturou milhares de pessoas em nome da igreja. Estima-se que mais de 30 mil pereceram queimados em fogueiras.

13/09/1501 Florença/ Itália

Um novo século se iniciava e, com ele, nascia uma obra-prima. O mestre italiano Michelangelo começou os trabalhos da colossal estátua de David, considerada uma das mais importantes obras do período do Renascimento. Ele precisou de três anos para dar forma ao mármore bruto e concluir tudo. Mas valeu a pena. Com seus mais de cinco metros de altura, ela dominou por mais de três séculos a praça em frente ao Palácio da Signoria (Piazza Della Signoria), sede do governo de Florença.

03/09/1529 Lisboa / Portugal

Não foi a primeira nem a última vez que Igreja e Estado entraram em colisão ao longo dos últimos séculos. Mas, dessa vez, a repercussão atingiu os dois lados do Atlântico. Em 3 de setembro de 1529, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, secretário de Estado do rei D. José I, promulgou o decreto que abolia a presença de padres jesuítas nos reinos e colônias portuguesas, como o Brasil. Seus bens foram sequestrados, colégios e missões fechadas e muitos religiosos foram presos ou deportados.

10/09/1919 Paris/ França

Depois de quatro anos e com o assustador número de mais de nove milhões de vidas perdidas, era encerrada oficialmente a I Guerra Mundial. As batalhas terminaram em novembro de 1918, mas foi necessário quase um ano e incontáveis reuniões entre os vencedores para definir os termos pós-rendição. Entre outros pontos, multas pesadas aos vencidos (Alemanha, Áustria e Hungria) e a independência de vários países. Mal sabiam que, duas décadas depois, outra guerra explodiria, deixando mais de 60 milhões de vítimas.

07/09/1922 Rio de Janeiro/ Brasil

Era o máximo da tecnologia para a época. Esse dia marca o começo de uma relação que dura até hoje e continua muito forte: o rádio e seu público. Durante a abertura da Exposição do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, foi realizada a primeira transmissão radiofônica no País. Além de música, a elite brasileira ouviu, em sua casa, um discurso do presidente Epitácio Pessoa. Sua popularidade só chegaria nos anos 30 e 40.

23/09/1978 Santiago /Chile

Neftali Ricardo Reis Basoalto morria nessa data, em Santiago do Chile. Quem é ele? Simplesmente um dos maiores nomes da literatura latino-americana. Mas você deve conhecê-lo pelo pseudônimo com que ficou famoso: Pablo Neruda. Vítima de um câncer na próstata, ele faleceu poucos dias após o golpe militar que derrubou o governo do presidente Salvador Allende, seu amigo. Prêmio Nobel de Literatura em 1971, Neruda é autor de mais de 40 livros.

O RETORNO DA "VOZ"

2021 marca os 90 anos de Narcélio Limaverde e a sua reestreia na rádio FM Assembleia (96,7MHz). Na manhã do dia 4 de agosto, a "Voz do Rádio" se fez presente depois de cerca de ano e meio ausente, por conta da Covid-19

Texto: Fátima Abreu | fabreu@al.ce.gov.br

E nesse retorno lembramos o longo caminho que ele traçou. Não foi fácil: teve que vencer a relutância do pai, José Sobreira Limaverde – que deixou sua marca no rádio cearense – e a concorrência. Sim, porque fazer rádio não era para qualquer um.

Sua estreia foi no programa Sequência Matinal, ao lado de Augusto Borges, na Ceará Rádio Clube, convocado por Eduardo Campos, no início de 1954. Ele também não deu ouvidos ao antigo dono da Rádio Iracema, Zé Parente, que o aconselhou a desistir do rádio, "porque não tinha nascido para isso". Ainda bem que Narcélio preferiu os ouvintes, e assim veio até aqui, enchendo a sua bagagem com conhecimentos e fortalecendo as emissoras onde teve passagem brilhante até ancorar na primeira emissora de um Legislativo estadual.

Narcélio Sobreira Limaverde sempre foi um desafiador. Participou da fundação de rádios e TVs no Ceará – foi o primeiro apresentador do noticioso do Canal 2, o Repórter Cruzeiro. Trabalhou como publicitário e relações públicas e, mesmo quando saía das emissoras radiofônicas, dava um jeito de retornar de imediato.

O famoso "speaker" tem na veia o sabor das ondas do rádio e, por isso, sempre esteve no ar. Mudou de faixas, mas é perene no microfone, mesmo quando assumiu o mandato de deputado estadual. Enquanto parlamentar, deixou o Sistema Verdes Mares. Antes já havia passado pela TV Manchete e pelas rádios Uirapuru, Assunção, Cidade e O Povo.

POLÍTICA

Narcélio foi o deputado mais votado no Ceará, conquistando 36.648 votos, no ano de 1986. Como primeiro secretário da Constituinte Estadual (1988/1989), introduziu na nossa Constituição artigo determinando que o Estado pagasse aos aposentados e pensionistas o mesmo valor que recebiam quando estavam em atividade.

Também é de sua autoria artigo incluindo nas Disposições Transitórias a obrigatoriedade da realização de estudos visando à mudança de local do Aeroporto de Fortaleza. Assinou, em primeiro lugar, a proposição da lei que acabou com a aposentadoria dos deputados estaduais, então vigente.

Durante sua trajetória, conviveu com outros ícones do rádio: João Ramos, com quem em certa entrevista, Narcélio confidenciou ter lhe despertado o gosto para escrever; Almir Pedreira; Aderson Braz; Juarez Silveira; Paulo Cabral de Araújo, que, entre 1951 e 1959, foi prefeito de Fortaleza e deputado estadual pelo Ceará.

O homem que começou quando não existia gravador hoje está nas plataformas. Suas crônicas "Fortaleza Antiga" podem ser ouvidas em podcast, e o programa que leva seu nome, conduzido pela jornalista Kezia Diniz, também pode ser acompanhado nas plataformas de áudio, como Spotify, Deezer, Apple Podcasts e Google Podcasts.



Como escritor, lançou os livros "Fortaleza Antiga", volumes 1 e 2; "Fortaleza, Estórias e Histórias: Memórias de uma cidade" e "Senhoras e Senhores, uma crônica sobre o rádio cearense".

Na escrita, revelou-se um memorialista e trata com muito carinho as passagens de sua vida desde a infância até a vida adulta, acompanhado dos familiares. As ruas de Fortaleza com seu comércio e seus moradores ganham vida e realçam a realidade de Fortaleza antiga, a capital que até hoje é vista pelo autor como o palco de suas atividades.

COM A PALAVRA



"É um privilégio poder ouvir pela Rádio FM Assembleia a voz poderosa de Narcélio Limaverde, meu colega radialista, ex deputado estadual, mestre do jornalismo. Na rádio, é ícone da comunicação cearense. Que Deus o abençoe grandemente e que permaneça por muitos anos fazendo esse brilhante trabalho, levando a informação com seriedade, leveza e profissionalismo."

Deputado **David Durand** (Republicanos)

É possível apresentar o tempo para os que não conhecem a história da nossa capital e estimular o cuidado com a evolução que a cidade viveu – e continua sofrendo as intervenções de muitos agentes que modificaram a nossa paisagem. Narcélio é radialista, jornalista, escritor, publicitário e político. Nessa ordem, porque é assim que ele gosta de ser reconhecido. O homem que abria os programas com "Alô", um despertar para os amantes do rádio e para os que aprendem a amar essa mídia.

Narcélio é casado há 63 anos com Helenira Leite Limaverde e pai de quatro filhos: Sérgio, Adriana, Vlândia e Narcélio Filho. Luciana, Isabela, Marcela, Joana, Igor, Mateus e Natália são os netos e as bisnetas, Milena e Sara.

SERVIÇO:

O programa Narcélio Limaverde é conduzido pela jornalista Kézya Diniz e com a participação, gravada de casa, pelo Narcélio. Exibido às quartas e quintas, de 8h às 9h, e disponibilizado no podcast às 10h. Além da Rádio FM Assembleia 96,7, também está no Youtube e no Facebook da ALCE.

Informação transparente:

no legislativo estadual,
isto é matéria importante.

A informação é um direito básico, pois é dessa forma que o cidadão fica sabendo de decisões importantes sobre os seus direitos ou de fatos que interessam à sociedade. Ciente disso, a Assembleia possui canais próprios, integrados por profissionais de comunicação qualificados, que levam informações transparentes sobre o trabalho dos deputados, além de cultura e de acontecimentos relevantes do cotidiano.



CONHEÇA E SE LIGUE NOS CANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, ELES EXISTEM PARA VOCÊ:

• TV Assembleia:

Canais abertos

Fortaleza (31.1 Digital HD e 7.3 Digital)

Sobral (31.1 Digital)

Juazeiro do Norte (7.3 Digital)

TV por assinatura:

NET/Claro (canal 11)

Multiplay (canal 30)

Brisanet (canal 148)

- Rádio FM Assembleia 96,7
- Revista Plenário
- Agência de Notícias
- Redes Sociais



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

**OUTU
BRO
ROSA**



**A PREVENÇÃO
ESTÁ EM
SUAS MÃOS.**



Um simples toque pode fazer toda a diferença.

O câncer de mama é a principal causa de morte entre as mulheres, mas possui **95% de chance de cura** quando detectado precocemente. Por isso, faça o autoexame regularmente. Converse com suas amigas sobre o assunto. Compartilhe informação.



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**